

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - MG**

Instituto de Ciências da Natureza

Curso de Geografia – Licenciatura

**RODRIGO DE PAULO SOUZA E SILVA**

**AS FACES DO AGRONEGÓCIO E A FINANCEIRIZAÇÃO  
DO ALIMENTO PELA USINA MONTE ALEGRE -  
ADECOAGRO**



Alfenas - MG

2021

**RODRIGO DE PAULO SOUZA E SILVA**

**AS FACES DO AGRONEGÓCIO E A FINANCEIRIZAÇÃO DO  
ALIMENTO PELA USINA MONTE ALEGRE – ADECOAGRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de **Licenciado** em Geografia pelo Instituto de Ciências da Natureza da Universidade Federal de Alfenas- MG, sob orientação do Prof. Dr. Estevan Leopoldo de Freitas Coca.

Alfenas – MG  
2021

## Banca Examinadora

---

Titulação, nome completo e instituição do Orientador

---

Titulação, nome completo e instituição do Avaliador 01

---

Titulação, nome completo e instituição do Avaliador 02

Alfenas (MG), \_\_/\_\_/\_\_\_\_

---

Resultado

## **Dedicatória**

*Dedico este trabalho aos meus avós, que sempre estiveram presente em todos os momentos especiais de minha vida.*

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer primeiramente ao meu Orientador de Pesquisa, Prof<sup>o</sup> Dr. Estevan Leopoldo de Freitas Coca, por toda a paciência e assertividade ao mediar seu conhecimento, incentivando os seus orientandos a buscarem os melhores caminhos na ciência geográfica. Nesse sentido, destacar o trabalho conjunto realizado nestes últimos anos, que para mim, foi enriquecedor e determinante na escolha de quais passos tomar daqui para frente.

Gostaria de agradecer aos meus pais, José de Paulo e Susana Lara, que sempre acreditaram nos meus projetos pessoais e que nunca estiveram ausentes na minha vida.

Agradeço também aos meus companheiros de trabalho na Usina Monte Alegre-Adecoagro, pela colaboração e confiança para o desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim, a todos os meus professores do curso de Geografia, saibam que vocês todos, sem exceção, exercem com grandeza o papel de mediadores do conhecimento, me influenciando de maneira positiva, a entender a Geografia não apenas como uma ciência, mas como meu modo de vida.

## Resumo

O presente estudo tem como objetivo central analisar a forma com que se dá a financeirização do alimento por parte do agronegócio atualmente, tendo como objeto de análise a Usina Monte Alegre-Adecoagro, localizada no município de Monte Belo-MG, a qual exerce uma forte influência na região em que está implantada, dentre outros, pelo fato de existir há quase 80 anos. Ela foi adquirida no ano de 2006 pelo grupo ADECOAGRO (SOROS), passando por alterações drásticas na forma de gerar e escoar o alimento que produz, e a partir da injeção de capital que existe, modifica o cotidiano dos trabalhadores que a compõe, e também se territorializa de forma distinta sob influência da commoditização do alimento, e que influenciado pelo ideário de sustentabilidade inicia neste meio tempo a produção de açúcar orgânico. Nesse sentido, é realizada uma leitura geográfica norteada pela conflitualidade paradigmática material e imaterial do conceito de território, e de como o alimento como commodity se comporta nas estratégias e caminhos que as corporações tomam para exercer seu poder, fazendo parte do Regime Alimentar Corporativo. Para construir essa compreensão, foi realizada densa busca de materiais acadêmicos para formar o referencial teórico, além também de entrevistas realizadas com o corpo administrativo da Usina Monte Alegre-Adecoagro, para levantamento de concepções paradigmáticas e também para compreender as mudanças exercidas na mudança de empresa familiar para empresa corporativa. Assim, este estudo analisa como se deu o processo de modernização agrícola pelas alterações cotidianas depois da injeção de capital pela fusão corporativa que ocorre na empresa, além de trazer à tona os debates paradigmáticos sobre como a territorialização de suas relações econômicas se efetivam, caracterizados pelo Regime Alimentar Corporativo.

**Palavra-chave:** Agronegócio; regime alimentar corporativo; território; commodity; Paradigma do Capitalismo Agrário.

## Abstract

The main objective of this study is to analyze the way in which agribusiness is currently financializing food, with the object of analysis being the Monte Alegre-Adecoagro Plant, located in the municipality of Monte Belo-MG, which has a strong influence in the region where it is implanted by the fact that it has existed for almost 80 years. It was acquired in 2006 by the ADECOAGRO (SOROS) group, undergoing drastic changes in the way of generating and disposing of the food it produces, and from the capital injection that exists, it modifies the daily life of the workers that compose it, and also it is territorialized in a different way under the influence of food commoditization, and which, influenced by the idea of sustainability, begins in the meantime the production of organic sugar. In this sense, a geographic reading is carried out, guided by the material and immaterial paradigmatic conflict of the concept of territory, and of how food as a commodity behaves in the strategies and paths that corporations take to exercise their power, as part of the Corporate Food Regime. To build this understanding, a dense search for academic materials was carried out to form the theoretical framework, in addition to interviews with the administrative staff of Usina Monte Alegre-Adecoagro, to survey paradigmatic concepts and also to understand the changes exerted in the change of company familiar for corporate company. Thus, this study analyzes how the process of agricultural modernization took place due to the daily changes after the capital injection through the corporate merger that takes place in the company, in addition to bringing up the paradigmatic debates on how the territorialization of its economic relations takes place, characterized by the Corporate Food Regime.

**Keywords:** Agribusiness; corporate food regime; territory; commodity; Paradigm of Agrarian Capitalism.

## Lista de ilustrações

<b>Figura 01</b> – Mapa de Influência Regional da Usina Monte Alegre Adecoagro .....	13
<b>Figura 02</b> – Fotografia da Planta Agroindustrial da Usina Monte Alegre-Adecoagro .....	15
<b>Figura 03</b> – Mapa das relações comerciais da Usina Monte Alegre-Adecoagro estabelecidas pela venda do açúcar orgânico em território nacional .....	27
<b>Figura 04</b> – Organograma da Disputa Paradigmática Agrária .....	36
<b>Figura 05</b> – Organograma da Tipologia dos Territórios segundo Fernandes (2009) .....	39
<b>Figura 06</b> – Mapa de Localização dos Empreendimentos da ADECOAGRO (SOROS) na América Latina .....	45
<b>Figura 07</b> – Organograma da Tipologia dos Territórios da ADECOAGRO (SOROS), segundo Fernandes (2009). .....	46
<b>Figura 08</b> – Organograma com a espinha dorsal da agricultura moderna com base na Revolução Verde, segundo Dutra & Oliveira de Souza (2018) .....	55
<b>Figura 09</b> – Fotografia de um canavial convencional, com tratos culturais não orgânicos ....	59
<b>Figura 10</b> – Fotografia de um canavial orgânico, sem tratos culturais agroquímicos .....	60
<b>Figura 11</b> – Mapa da disposição das Glebas arrendadas que estão direcionadas para a produção de açúcar orgânico .....	61



## Lista de Gráficos

<b>Gráfico 01</b> – Evolução da Colheita mecanizada na Usina Monte Alegre Adecoagro desde o ano de 2008, dois anos após passar pela transição de mercado, tornando-se parte de um grupo multinacional. ....	23
<b>Gráfico 02</b> – Evolução de Moagem na Usina Monte Alegre na última década. ....	24
<b>Gráfico 03</b> – Indicador do Açúcar Cristal CEPEA/ESALQ - São Paulo - Período de 2003 a 2015 - Mês de Janeiro. ....	33
<b>Gráfico 04</b> – Indicador do Açúcar Cristal ESALQ/BMVP - Santos - Período de 2013 a 2018 - Mês de Janeiro. ....	33

## **Lista de siglas**

ATR - Açúcar total recuperável

BM&F Bovespa - empresa privada administrada pela Bovespa Holding

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

FSSC - Food Safety System Certification

GATT/OMC - General Agreement on Tariffs and Trade” que traduzido para o português é o Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

IFRS - International Finance Reporting Standards

PCA - Paradigma do Capitalismo Agrário

PQA - Paradigma da Questão Agrária

SIG - Sistema de Informação Geográfica

USD - moeda dólar

## Sumário

Lista de ilustrações.....	07
Lista de quadros.....	08
Lista de siglas.....	09
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. METODOLOGIA.....</b>	<b>16</b>
<b>3. APRESENTANDO A USINA MONTE ALEGRE - ADECOAGRO E SUAS CONTRADIÇÕES COTIDIANAS .....</b>	<b>17</b>
<b>3.1. Introduzindo o debate da cotidianidade.....</b>	<b>17</b>
<b>3.2. Influências do mercado financeiro no Cotidiano do Agronegócio .....</b>	<b>19</b>
<b>3.3. Apresentando a Usina Monte Alegre-Adecoagro .....</b>	<b>21</b>
<b>4. COMMODITIZAÇÃO DO ALIMENTO .....</b>	<b>30</b>
<b>4.1. Commodities agrícolas.....</b>	<b>30</b>
<b>4.2. Trabalhando Paradigmas .....</b>	<b>35</b>
<b>4.3. Sobre tipologia do território pela ADECOAGRO (SOROS) no Brasil e América Latina .....</b>	<b>39</b>
<b>5. REGIME ALIMENTAR CORPORATIVO E USINA MONTE ALEGRE - ADECOAGRO - PRODUÇÃO DO AÇÚCAR ORGÂNICO.....</b>	<b>47</b>
<b>5.1. Sobre o Regime Alimentar Corporativo .....</b>	<b>47</b>
<b>5.2. A Revolução Verde na Agricultura .....</b>	<b>51</b>
<b>5.3. A produção do Açúcar Orgânico pela Usina Monte Alegre-Adecoagro.....</b>	<b>56</b>
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>68</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>72</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A Usina Monte Alegre-Adecoagro, localizada no município de Monte Belo-MG, exerce uma forte influência na região em que está inserida pelo fato de existir há quase 80 anos. Ela foi adquirida no ano de 2006 pelo grupo ADECOAGRO (SOROS)<sup>1</sup>, passando por alterações drásticas na forma de gerar e escoar o alimento e energia que produz, além de potencializar nos últimos anos a produção do biocombustível pelo Etanol, e de ter como política de exportação um produto que tem ganhado espaço no mercado alimentar, que é o açúcar orgânico.

O capitalismo em si é um regime alimentar, na medida em que sua reprodução depende do suprimento de produtos alimentícios necessários à reprodução econômica de sua força de trabalho (McMICHAEL, 2005). Sabendo do papel do agronegócio na atualidade, principalmente levando em consideração o contexto neoliberal que favorece a financeirização do alimento nas últimas décadas, faz-se necessário o entendimento de como este processo se dá e se comporta, em uma análise temporal e espacial. Na Região Geográfica Intermediária de Varginha (IBGE, 2017), em especial na Usina Monte Alegre-Adecoagro, este estudo se torna aplicável, em três eixos de desenvolvimento de pesquisa: I) Apresentando a Usina Monte Alegre pela cotidianidade, provocando a compreensão deste objeto de estudo segundo suas próprias representações e finalidades; II) Em como as commodities agrícolas se caracterizam pelas atividades do agronegócio representados na figura da ADECOAGRO (SOROS); III) De como o Regime Alimentar corporativo influencia e se caracteriza na produção do açúcar orgânico pela Usina Monte Alegre.

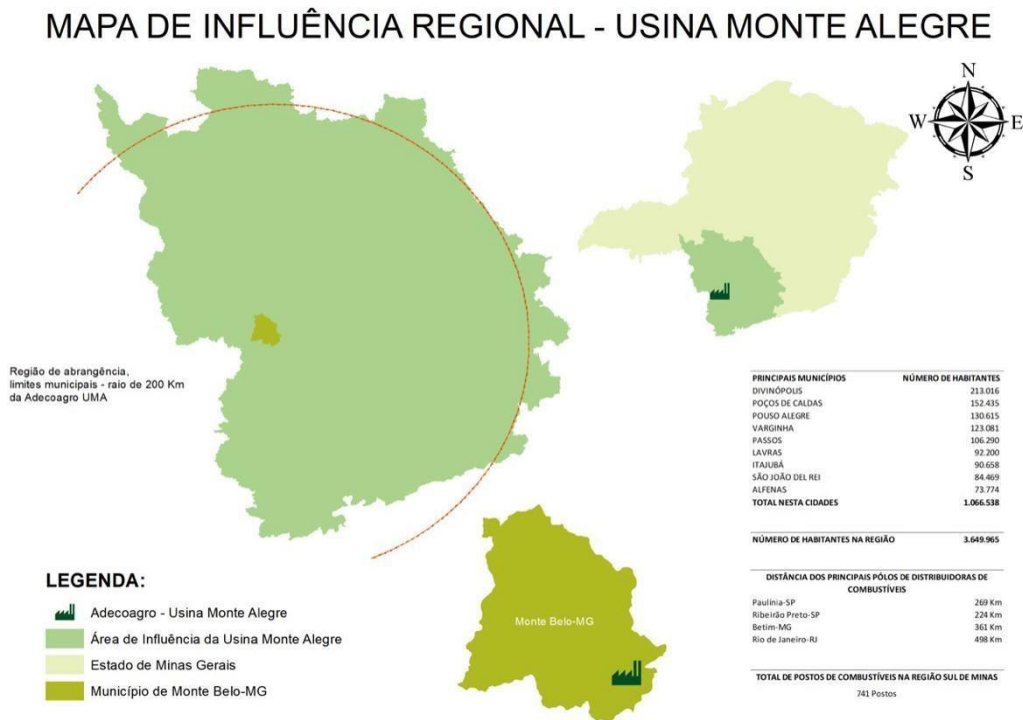
Nesse sentido, o objetivo central deste estudo se baseia na compreensão destes rebatimentos econômicos, e de como a Usina Monte Alegre-Adecoagro se insere no contexto neoliberal vigente no Brasil junto a sua importância regional. Vale elencar que quando se trata da financeirização do alimento, lida-se diretamente com as contradições do capitalismo hodierno como o conhecemos. O regime alimentar combina a definição dos recursos alimentares, e o acesso a eles com formas de disponibilização de mercado, o que intensifica as relações de poder (McMICHAEL, 2005). Segundo Harvey (2016), a contradição acontece quando duas forças aparentemente opostas estão presentes ao mesmo tempo em determinada situação, entidade ou processo, assim, a produção alimentar pela Usina Monte Alegre-

---

<sup>1</sup> George Soros é um dos mais poderosos e prósperos investidores no mercado internacional da atualidade - ganhou um bilhão de dólares com a crise da libra esterlina em setembro de 1992, operação que o tornou mundialmente famoso. (SOROS, 1996)

Adecoagro, denota ao mesmo tempo um ciclo de geração de empregos, mudanças na forma de enxergar o trabalho e a produção alimentar, além de modificar as formas produtivas agroindustriais, passando a fazer parte de uma cadeia produtiva mais complexa e de escala local e global.

**Figura 01 - Mapa de Influência Regional da Usina Monte Alegre-Adecoagro.**



Fonte: Autoria própria, 2020.

Na figura 01, temos a representação de como se dispõe no espaço geográfico a Unidade do grupo ADECOAGRO (SOROS) na Região Geográfica Intermediária de Varginha (IBGE, 2017), evidencia-se sua abrangência, em que seu raio de influência pelas relações comerciais regionais ocupam um raio de 200 quilômetros. Ou seja, o alimento que a Usina Monte Alegre-Adecoagro produz também é escoado em escala regional, mesmo fazendo parte de um grupo corporativo, que segue as leis de mercado que se baseia principalmente no escoamento de larga escala para escoamento global.

Em fevereiro de 2006 a Usina Monte Alegre LTDA inicia uma nova fase, passando a ser a Usina Monte Alegre S/A. Adquirida pelo sólido grupo ADECOAGRO (SOROS), a mesma passa a ser o primeiro passo no negócio agroenergético do grupo que pretende construir outras usinas agroenergéticas no Brasil, já tendo em fase de construção a Usina

Angélica no Estado de Mato Grosso do Sul. A transição entre empresa familiar para uma de capital aberto na bolsa de valores de Nova Iorque (EUA), na virada do século XX para o XXI, mostra uma nova forma do agronegócio atuar no território brasileiro, mas agora em escala de análise regional, de modo que se deu a internacionalização da indústria sucroalcooleira por meio de diversas matizes como aquisições, fusões e processos tidos como mais complexos, como *joint-ventures*, alianças e acordos estratégicos formais na área da produção, do comércio e da transferência de tecnologia (BENETTI, 2009). Nesse sentido, segundo Ferrari (2012), a empresa ganha uma estrutura de governança corporativa, que pressupõe que os acionistas têm um lugar especialmente reservado para eles (*board*), que a gestão será feita por executivos contratados em função de sua competência e que serão estabelecidos processos para garantir que a "alta gerência" trabalhe alinhada com os interesses dos acionistas, sem se esquecer dos demais *stakeholders* (partes interessadas).

Vale destacar que a partir deste ponto, respeitando as diretrizes mercadológicas, o alimento ali produzido faz parte de uma cadeia produtiva de commodities agrícolas, sendo que estas são atreladas ao mercado financeiro e que dispõem na forma em que se estabelecem nos laços comerciais globais e na negociação do alimento como mercadoria em ativos futuros, que são compromissos firmados entre corporações, onde os atores definem e estabelecem o preço da mercadoria a ser paga não de imediato, mas sim em determinada data. Uma dinâmica que faz do alimento algo volátil e correspondente a moeda, como o dólar. Assim, a desregulação dos mercados e a abertura das economias ao circuito financeiro internacional proporcionaram as condições necessárias para a mobilidade do capital financeiro e seu poder de coordenar as operações produtivas e mercantis ao longo de toda a cadeia de valor, como um elemento estruturante do processo de globalização do sistema agroalimentar (McMICHAEL, 2005).

Pensando nessa volatilidade do lucro, em outubro de 2016, a então Usina Monte Alegre LTDA inicia a conversão de parte de seus canaviais para manejo orgânico, se tornando a primeira usina a produzir açúcar orgânico em Minas Gerais e a quinta do Brasil. A produção do açúcar orgânico pela indústria sucroalcooleira, mostra mais uma forma de apropriação do mercado capitalista, funcionando como uma forma de readaptação profunda nos processos produtivos do setor: no cultivo da cana de açúcar, no processamento industrial e também no escoamento comercial. Vale lembrar que além de todos estes processos serem rearranjados, a forma de pensar o alimento como produto sustentável e de que a cana de açúcar também é motriz para a produção de biocombustível, evidencia uma nova resolução por parte do

mercado, que ao mesmo tempo almeja produção em larga escala, mas também de forma sustentável. A produção do açúcar orgânico se trata de um mercado em expansão de escala global, que vem crescendo quase 10% ao ano, ou seja, é uma tendência. Grandes corporações enxergam na produção orgânica alimentar um potencial de elevação dos custos operacionais internos a elas demandadas, mas para a Usina Monte Alegre, foi uma oportunidade de aumento de receita, sem aumentar a produção (valores de moagem). O que faz da produção alimentar um fator financista.

Assim, neste estudo encontra-se a oportunidade de se entender e debater como a Usina Monte Alegre-Adecoagro, figurada como empresa modelo do setor do agronegócio modifica algumas concepções cotidianas no quesito relações de trabalho e consumo alimentar, além também de abordar as commodities como estratégia econômica e financista, ao ponto de alterar a própria cadeia produtiva, apropriando e modificando parte de sua produção para alimento orgânico, e assim conseguir suprir os moldes lucrativos do capital financeiro. Um processo complexo, contraditório, mas que objetiva entender as relações capitalistas da atualidade.

**Figura 02 – Fotografia da Planta Agroindustrial da Usina Monte Alegre-Adecoagro**



Fonte: Autoria própria, 2020.

## 2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico utilizando o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério de Educação do Brasil (MEC) para servir como base de toda a teorização proposta, e para isso foram elencadas as seguintes palavras chave: commodities, regime alimentar, agronegócio, economia e agroindústria. Depois de selecionados os artigos de interesse, foi realizado o fichamento das ideias mais importantes dos mesmos, para auxiliar na citação e desenvolvimento do estudo proposto.

Como o objetivo geral desta pesquisa é analisar a forma com que se dá a financeirização do alimento atualmente, tendo como objeto de estudo a Usina Monte Alegre-Adecoagro, um “olhar geográfico” (PORTO, 2018) é necessário para uma análise reflexiva dos processos da modernização agrícola presente no campo, dos processos de transição de mercado, e como isso favorece a ocorrência de mutações no território sob a influência de interesses moldados pela elevada pressão de melhores índices produtivos, para isso será importante analisar fatores cotidianos da Usina Monte Alegre. Sendo realizadas entrevistas semiestruturadas com o corpo gestor da unidade, totalizando seis supervisores entrevistados que nela trabalham (Anexo I). O autor desta pesquisa é sujeito ativo das práticas construídas pela empresa pelo fato de também ser trabalhador dela, inserindo, portanto, a observação participativa como parte do estudo, contribuindo com as investigações e proporcionando uma visão ampla e detalhada de uma realidade, resultante da interação do pesquisador com o meio (QUEIROZ; VALL; ALVEZ E SOUZA; VIEIRA; 2007).

A partir da financeirização do alimento, da commoditização do açúcar no caso, também foi importante acompanhar como o preço desta *commodity* se comporta com o tempo. Para isso, foram coletados dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), exemplificando a volatilidade do preço e de como essa é mais uma forma de poder exercido pelo mercado em como ditar os processos produtivos da Empresa. Alguns mapas e também fotografias, serão apresentadas de forma autoral. Os mapas são resultados de utilização de *SIG* 's, sendo o *software* livre *QGIS* o principal para execução dos mapas temáticos. E as fotografias, são resultados das visitas de campo realizadas cotidianamente na Empresa.



### **3. APRESENTANDO A USINA MONTE ALEGRE-ADECOAGRO E SUAS CONTRADIÇÕES COTIDIANAS**

#### **3.1. Introduzindo o debate da cotidianidade**

Tanto na escala local ou global, enxergamos o mundo de forma fragmentada, em sua cultura, cientificidade, sistemas econômicos etc., e a partir disso, se faz essencial uma análise cotidiana da classe operária, de como as novas relações de consumo se comportam no espaço e ditam as relações destes sujeitos que fazem parte desta sociedade fragmentada. Assim se analisaria o funcional, o estrutural e o formal. No caso, nada mais é do que observar as instituições, os grupos corporativos e suas estratégias e as redes que são formadas por seus canais de comunicação e informação. Mas mesmo separando em fragmentos de análise, não se deve esquecer da totalidade. A ideia defendida é que não se pode compreender essa sociedade segundo suas próprias representações, porque suas categorias também têm uma finalidade (LEFEBVRE, 1991). Assim, o homem atua sobre a natureza para atender às suas necessidades imediatas, modificando a sua própria relação com a natureza e com a sociedade (GUERREIRO SOUZA, 2009). A partir dessa concepção, surge o conceito de cotidianidade, que defende que o cotidiano não é um espaço-tempo abandonado, onde se confrontavam a miséria e a grandeza da condição humana, que não é apenas o setor colonizado ou mais um setor de racionalidade humana, mas sim um objeto de todos os cuidados (LEFEBVRE, 1991).

O campo da análise social não pode ficar submerso aos fatores econômicos e políticos apenas, mas deve trazer o contexto de vida também. A teoria não exclui a transformação de ideias, pelo contrário, a crítica da vida cotidiana “propõe mudar a vida”, (DAMIANI, 1999) e a partir disso, tratar a cotidianidade como algo que é criado também pelo modo de produção, não marginal, embora desigual a outros setores da sociedade, atingindo inúmeros momentos da vida social. Amplia-se assim, o universo de análise, saindo do escopo singular do lado político-econômico das coisas.

A história do cotidiano compreenderia pelo menos três partes: os estilos, o fim dos estilos e o começo da cultura, e a instalação e consolidação da cotidianidade (LEFEBVRE, 1991). Essa compreensão evidencia as contradições históricas da humanidade, que denota o fracasso das tentativas, pela sociedade, de sair de situações mercadológicas impostas pelo capitalismo sem a quebra de seus paradigmas, o homem reproduz, mas, também produz, neste aspecto, o espaço envolve as contradições e as particularidades do real, influenciando os

processos sociais subsequentes (GUEMAQUE SOUZA, 2009). Uma das mais importantes contradições evidenciadas no processo de análise do cotidiano, é justamente as formas de exploração absurdas impostas pelo capitalismo, que oprime a classe operária e manifesta-se com um tom de liberdade como ideologia, que causa alienação.

Pela Geografia, o lugar definido pelo cotidiano é a sociedade inteira, e relacionar cotidiano e lugar é essencial, pois auxilia na escolha de qual escala se trabalhar - local, regional, nacional - e de como comparar estes às dinâmicas globais (DAMIANI, 1999). A partir disto também, um mal-estar é gerado, o consumo distancia a crítica e dá lugar a satisfação, no caso, o consumo ocupa este lugar das necessidades conhecidas como satisfatórias, e que proporcionam à classe trabalhadora um excedente, um consumo saturado. E que geram sensações, com o tempo, de satisfação, incerteza e insatisfação, que dá origem a um jogo em torno das motivações que as desmentem e destroem os sujeitos, na própria medida em que pode agir sobre elas, desse modo, o consumo organizado e estruturado, não divide apenas os objetos e sim a satisfação criada pelos objetos (LEFEBVRE, 1991).

De modo geral, há um desigual desenvolvimento entre os lugares e o mundo, embora ambos se interpenetram, entre os próprios lugares existem diferentes desenvolvimentos. O lugar não existe plenamente para todos, apesar de seus limites, que são os limites da vida hoje (DAMIANI, 1999). Mas o cotidiano, no limite da reprodução, está inversamente carregado, ou seja, o lugar foi inicialmente o espaço dos antigos “gêneros de vida”, a especificidade e a singularidade desses gêneros. E Damiani (1999), destaca a mudança ocorrente com o tempo, dos “sistemas locais” para “sistemas globais”, neste caso, o que funcionava como característica local sofre com a pressão do que é global, pelo qual, o lugar no mundo se produz o lugar no cotidiano: nivelamento de necessidades, alinhamento dos desejos uns sobre os outros, cotidianidades idênticas.

Não posso comer o dinheiro, mas posso comer os produtos alimentícios que me são úteis de uma maneira que o dinheiro não é. Pouco tempo depois, os produtos alimentícios são consumidos e desaparecem, enquanto as cédulas e as moedas são aceitas como dinheiro e continuam circulando. Parte do dinheiro aceito no supermercado é distribuída como salário dos atendentes, que a usam para comprar mais alimentos. Parte vai para os proprietários do supermercado na forma de lucro, e eles gastam com todo o tipo de coisa. Outra parte vai para os distribuidores, e por fim, para os produtores diretos dos alimentos, que também o gastam. E isso não tem fim. Em uma sociedade capitalista, milhões de transações desse tipo acontecem todos os dias (HARVEY, 2016, p. 28).

Nesse tocante, podemos denotar o processo de financeirização do alimento pelo mercado financeiro como algo que faz parte do nosso cotidiano, e que a partir deste ponto transforma o alimento em mercadoria e contrapõe a real necessidade, que é de sobrevivência, à uma relação de produção, consumo e acúmulo desenfreado.

### **3.2 Influências do mercado financeiro no Cotidiano do Agronegócio**

Uma das premissas trabalhadas pela geografia agrária é trazer para a pauta de análise uma abordagem crítica na relação dialética entre campo (espaço rural) e território. Se levarmos em consideração o processo histórico que tange a agroindústria, é flagrante o processo apropriacionista por parte do capital das formas produtivas do campo, e isso ocorre principalmente no processo de produção rural e com a transformação primária das safras, enquanto os capitais substitucionistas estão envolvidos nas etapas posteriores da fabricação de alimentos (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 2008). O agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista (FERNANDES, 2009). A caracterização do alimento enquanto mercadoria surge por meio de um sistema alimentar cada vez mais concentrado e determinado por poucas empresas transnacionais, sendo essa uma das consequências da crise estrutural do capitalismo (MACHADO; OLIVEIRA; MENDES, 2016). Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação (FERNANDES, 2009).

A economia e o mercado são espaços do capital (RAMOS FILHO, 2010). Em cima disso, se faz necessária a compreensão de que o agronegócio, para se tornar hegemônico no campo, tem como recurso principal não só o elevado ideal produtivista, mas também a transformação do alimento em mercadoria, em moeda de troca, uma lógica que retira o ideário de soberania sobre o alimento que é produzido no próprio território. O economismo se torna evidente, a partir da ótica da cotidianidade, a classe burguesa que tenta se apropriar dos bens da classe trabalhadora impondo e objetificando as necessidades essenciais em sensações de satisfação ao ponto de causar saturação, pelo consumo (LEFEBVRE, 1991). Ou mesmo a partir deste processo de financeirização, prejudicar o acesso a um alimento de qualidade, prejudicando a qualidade de vida da classe operária.

Quando fala-se de preço, fala-se de estratégia e mercado(s). O neoliberalismo, em sua vertente máxima, traz os ativos econômicos como resultado do lucro excessivo pelo meio de produção. No agronegócio, tem-se essa percepção, principalmente quando o alimento se

torna mercadoria, de traçar uma estratégia de preço, efetiva de fato, um contexto da estrutura de mercado que leva a adotar uma rede complexa de relações entre corporações multinacionais. Segundo Santos (2009), existem dois tipos de investidores no mercado de commodities, os “*money managers*” e os “*index traders*”. Os primeiros atuam basicamente em fundos de hedge, com um horizonte de investimento de curto prazo, para os quais as commodities agrícolas representam uma diversificação de sua carteira de investimentos. Já os “*index traders*” atuam numa ampla gama de produtos e seguem uma estratégia de investimento passivo, tomando uma posição, geralmente mais longa, em relação ao desempenho das commodities, após comprarem peças de um índice criado por instituições financeiras que lhes retornam contratos futuros negociados nas bolsas de valores e de mercadorias (PAULA; SANTOS; PEREIRA, 2015). Assim, a desregulação dos mercados e a abertura das economias ao circuito financeiro internacional proporcionaram as condições necessárias para a mobilidade do capital financeiro e seu poder de coordenar as operações produtivas e mercantis ao longo de toda a cadeia de valor, como um elemento estruturante do processo de globalização do sistema agroalimentar (McMICHAEL, 2005). A exemplo disso temos as commodities alimentares.

Sobre as commodities, é importante destacar que a partir do momento em que o mercado financeiro trata o alimento como ativo, estabelece, portanto, uma relação de lucro sobre aquilo que está sendo vendido, respeitando a lógica neoliberal sobre a precificação do produto. As commodities podem ser entendidas como uma política de preços, pelo fato de estarem atreladas ao mercado financeiro e que dispõem na forma em que se estabelecem os laços comerciais e na negociação do alimento como mercadoria em ativos futuros, que são compromissos firmados entre corporações, onde os atores definem e estabelecem o preço da mercadoria a ser paga não de imediato, mas sim em determinada data, ou seja, uma operação no mercado de futuros determina que o comprador deva comprar uma quantidade de produto em uma data futura e o vendedor tem que vender, mas com o preço que foi combinado no dia de fechamento do contrato. Dessa forma, podemos dizer que este mercado existe para tornar mais fácil a distribuição e transferência do risco envolvido entre os agentes econômicos (BRANCO, 2008). Basicamente, são negociadas em duas formas: mercado à vista e futuro (fecha-se já um contrato para entrega/pagamento futuro), e nas Bolsas de Mercadorias, são negociadas em quantidades padrões: por exemplo, na BM&F o dólar é negociado em contratos (NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 2010).

Mas em que ponto essa financeirização exacerbada interfere no cotidiano? Pela Geografia, o lugar definido pelo cotidiano é a sociedade inteira, e relacionar cotidiano e lugar é essencial, pois auxilia na escolha de qual escala se trabalhar - local, regional, nacional - e de como comparar estes às dinâmicas globais (DAMIANI, 1999). Ou seja, se hoje uma agroindústria territorializa as suas relações com o espaço na região geográfica em questão, ela transporta consigo, as características corporativas de uma rede global. Interfere, assim, diretamente na cotidianidade dos sujeitos que se envolvem nessa relação, que grande parte são pertencentes à classe trabalhadora. Fruto da relação dicotômica de exploração do trabalho a geração de empregos em escala regional. Um exemplo que traz à tona essa relação é a Usina Monte Alegre-Adecoagro.

### **3.3 Apresentando a Usina Monte Alegre-Adecoagro**

As informações deste tópico foram obtidas por meio de entrevistas realizadas com trabalhadores da Usina Monte Alegre-Adecoagro (Anexo I). A história da Usina Monte Alegre S/A tem início em 1917, quando o Cel. Jorge Vieira adquiriu a Fazenda Monte Alegre, no município de Monte Belo, sul de Minas Gerais, com cerca de 3.000 alqueires. Esta fazenda já tinha uma tradição de produção de açúcar mascavo entre outros produtos. A Fazenda Monte Alegre contém até hoje a maior reserva de matas originais da região, numa superfície aproximada de 1.200 hectares, principal área de atuação do Instituto Sul Mineiro de Preservação Ambiental.

Na década de 1950, foi adquirido o primeiro conjunto de moendas com motor a vapor e cozedor a vácuo, dando início à produção de açúcar cristal (20.000 sacas por safra) e aguardente. Também neste período, foi constituída a empresa Usina Monte Alegre LTDA, fundada em 17 de outubro de 1953, tendo como sócios o Coronel Jorge Vieira e seus filhos Mário Barbosa Vieira e Milton Barbosa Vieira.

Em 1960 iniciou-se a produção de álcool, inicialmente para fins industriais, e a partir de 1978, com a criação de um programa governamental de álcool para fins combustíveis, passou-se a produzir álcool carburante.

A partir de 1985, foi criada uma nova embalagem para o Açúcar Cristal Monte Alegre, e a comercialização ampliada, atingindo atualmente cerca de 300 municípios do Sul de Minas Gerais. A parte excedente da produção é vendida ao exterior.

Como mostrado na Figura 01 (vide Mapa 01), já há alguns anos a Usina Monte Alegre produz a sua matéria prima em áreas arrendadas de seus acionistas e de terceiros, numa área total de 12.000 hectares nos municípios de Monte Belo, Areado, Alfenas, Alterosa, Divisa Nova, Cabo Verde, Machado e Conceição da Aparecida.

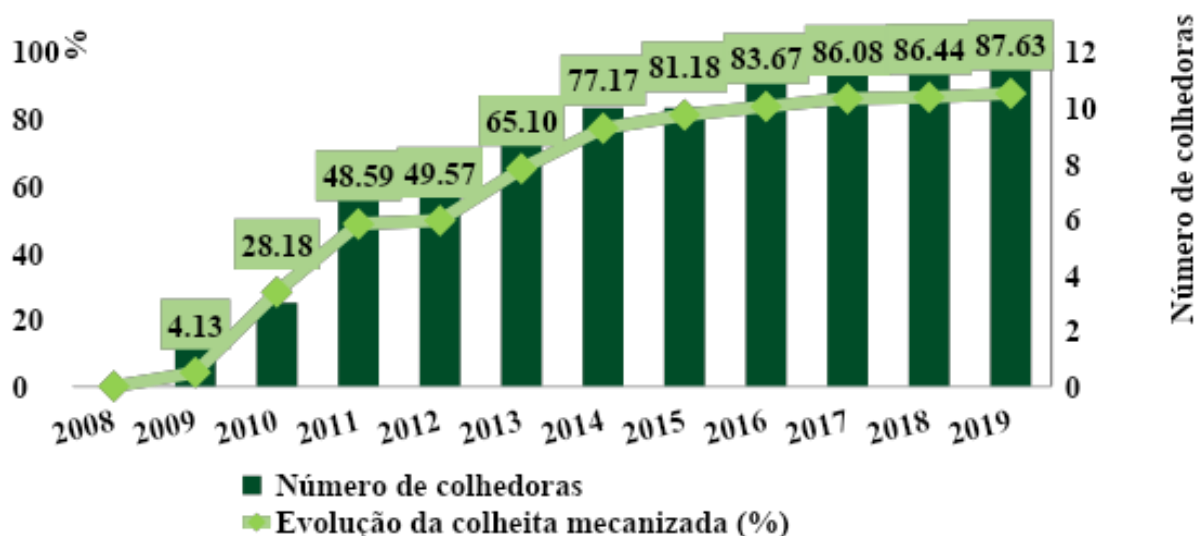
Em fevereiro de 2006 a Usina Monte Alegre LTDA inicia uma nova fase passando a ser a Usina Monte Alegre S/A. Adquirida pelo sólido grupo ADECOAGRO (SOROS), a mesma passa a ser o primeiro passo no negócio agroenergético do grupo que pretende construir outras usinas agroenergéticas no Brasil, já tendo em fase de construção a Usina Angélica no Estado de Mato Grosso do Sul.

Essa transição para o grupo corporativo trouxe mais profissionalismo no ponto de vista das coisas administrativas, e também das atividades a serem realizadas de forma mais sistemática e igualitária, adotando assim, um padrão produtivo e organizado nas operações da empresa. Também foi fortalecida a questão econômica, possibilitando a implantação de novas tecnologias e recursos que tornam a empresa mais competitiva (T.O, Especialista em Gestão de Qualidade e Certificações, Monte Belo-MG, 2021). As principais mudanças foram a padronização de processos e procedimentos, com base em políticas corporativas. Com relação à parte operacional, a principal mudança foi a modernização da frota e de equipamentos, que só foi possível graças à injeção de capital (FTS, Gerente Agrícola, Monte Belo-MG, 2021). Essas mudanças estruturais na empresa, e a injeção de capital de investimento interno pela corporação, possibilitaram a modernização da frota e de equipamentos, e assim a operação agrícola também se alterou, o cotidiano dos trabalhadores se torna cada vez mais tecnicista e portanto, exige destes qualificação para as operações da empresa. Nesse sentido, Harvey (2016), defende que:

As mudanças tecnológicas do capitalismo para as quais contribui e das quais se alimenta com voracidade, derivam, em suma, da atividade de vários agentes e instituições. Essas inovações criam um amplo domínio de possibilidades mutáveis para sustentar ou aumentar a lucratividade do capital (HARVEY, 2016, p. 95).

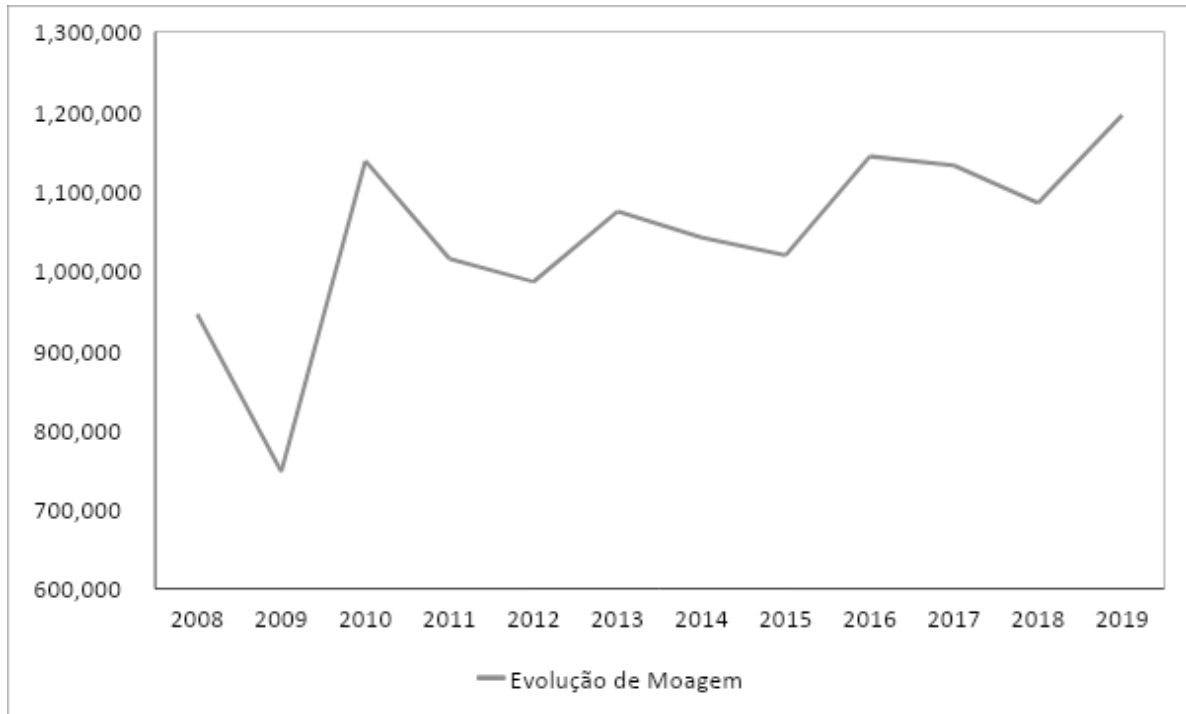
Essas mudanças tecnológicas e operacionais são uma forma de religar os interesses mercadológicos fadados aos interesses cotidianos da força de trabalho, o trabalhador neste sentido também faz parte das relações e interesses capitais, são peças fundamentais no jogo de poder que o agronegócio exerce pela Usina Monte Alegre-Adecoagro. Mais uma contradição capitalista a ser analisada.

**Gráfico 01:** Evolução da Colheita mecanizada na Usina Monte Alegre Adecoagro desde o ano de 2008, dois anos após passar pela transição de mercado, tornando-se parte de um grupo multinacional.



Fonte: Dados secundários fornecidos pela gerência agrícola, organizado e realizado pelo autor do projeto, 2020.

Analisando o Gráfico 01, percebe-se que o foco produtivo se torna exponencial, e causa elevado investimento na mecanização agrícola, principalmente se levado em consideração a colheita mecanizada, que vem a ser realizada agora por Colhedoras compradas das empresas *Case* e também *John Deere BR*, e não são mais realizadas como colheita manual (corte de cana manual). A exemplo disso, no ano de 2009, apenas 4% das áreas colhidas eram de forma mecanizada, passando para 88% num período de 10 anos. Vale destacar que com a modernização dos equipamentos no campo, a indústria também passa por mudanças, aperfeiçoando o valor de moagem, que automaticamente exige do Setor Agrícola maior demanda de colheita. Sempre ditado pelo acordo de metas produtivas a serem alcançadas no ano. Como mostrado abaixo no Gráfico 02, no ano de 2009 eram moídas quase 945.000 toneladas, passando para os atuais 1.250.000 toneladas a serem processadas pela indústria.

**Gráfico 02:** Evolução de Moagem na Usina Monte Alegre na última década

Fonte: Dados secundários fornecidos pela gerência agrícola, organizado e realizado pelo autor do projeto, 2020.

Outro fato a ser destacado, o respeito aos gestores e colaboradores que aconteceu após a incorporação pela ADECOAGRO (SOROS), foi um grande destaque, todos foram mantidos na operação e muitos ainda foram promovidos para gerenciar ou coordenar novos negócios do grupo (R.N, Gerente Geral, Monte Belo-MG, 2021). Ou seja, são mudanças estruturais que alteram a dinâmica de trabalho, e também causam rearranjos nas relações dos sujeitos com o espaço geográfico que ocupam, tornando estes trabalhadores, agentes de manutenção do capitalismo e da financeirização que parte pelo corporativismo. É preciso ressaltar que essa é mais uma das contradições capitalistas existentes neste estudo, em que numa sociedade complexa, como esta que o capital construiu, dependemos do trabalho dos outros para obter todos os valores de uso que precisamos para viver (HARVEY, 2016).

Vale ressaltar que não é apenas a mecanização agrícola em si, o resultado esporádico que potencializa os índices produtivos da agroindústria e do agronegócio, mas sim a forma criada por um momento histórico que transforma a sociedade e o resultado do momento. A transição entre empresa familiar para uma de capital aberto na bolsa de valores



de Nova Iorque (EUA) mostra uma nova forma de o agronegócio atuar no território brasileiro, em especial no território sul-mineiro.

Na virada do século XX para o XXI, esse processo surge como uma nova tendência no agronegócio, de modo que se deu a internacionalização da indústria sucroalcooleira por meio de diversas matizes como aquisições, fusões e processos tidos como mais complexos, como joint-ventures, alianças e acordos estratégicos formais na área da produção, do comércio e da transferência de tecnologia (BENETTI, 2009). O agronegócio é um setor extremamente importante para as microrregiões do entorno onde uma planta agroindustrial se insere e se flexibiliza, gerando emprego e renda em escala para girar e desenvolver as economias locais (R. N. Gerente Geral da Unidade, Monte Belo-MG, 2021). Para a economia nacional é o grande diferencial como país continental, capaz de produzir toneladas de alimentos para suprir as demandas crescentes internacionais, afinal são vários países que sofrem restrições físicas para aumentar a produção, ao contrário do Brasil que possui potencial e parâmetros de eficiência em produção de toneladas por hectare, ainda há muitas áreas que podem ser exploradas com manejo totalmente sustentável.

Toda essa importância dada ao discurso de desenvolvimento, de ceder oportunidades, de alavancar a economia vigente da localidade urbana. A urbanização em si, contém o sentido da industrialização, e que mantém uma classe subordinada a outra, gerando uma crise da cidade que se espacializa com o tempo e torna outras crises permanentes, a exemplo disso a desigualdade social, empregatícia, salarial (LEFEBVRE, 1991). Se levarmos em consideração o processo histórico que tange à agroindústria, é flagrante o processo apropriacionista por parte do capital das formas produtivas do campo, e isso ocorre principalmente no processo de produção rural e com a transformação primária das safras, enquanto os capitais substitucionistas estão envolvidos nas etapas posteriores da fabricação de alimentos (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 2008). A apropriação capitalista se torna vigente em vários setores produtivos e econômicos, trazendo para si, por exemplo, a vertente sustentável que direciona a produção de alimentos orgânicos.

Em outubro de 2016, a então Usina Monte Alegre LTDA. inicia a conversão de seus canaviais para manejo orgânico, se tornando a primeira usina a produzir orgânico em Minas Gerais e a quinta do Brasil. *Segundo F.T.S, Gerente Agrícola da Unidade*, trata-se de um mercado em expansão no mundo inteiro, que vem crescendo quase 10% ao ano. Além disso, produzir orgânico é mais difícil do que produzir açúcar convencional, Empresas grandes, com foco em volume, dificilmente se dispõem a tal esforço. Já para a Usina Monte Alegre-

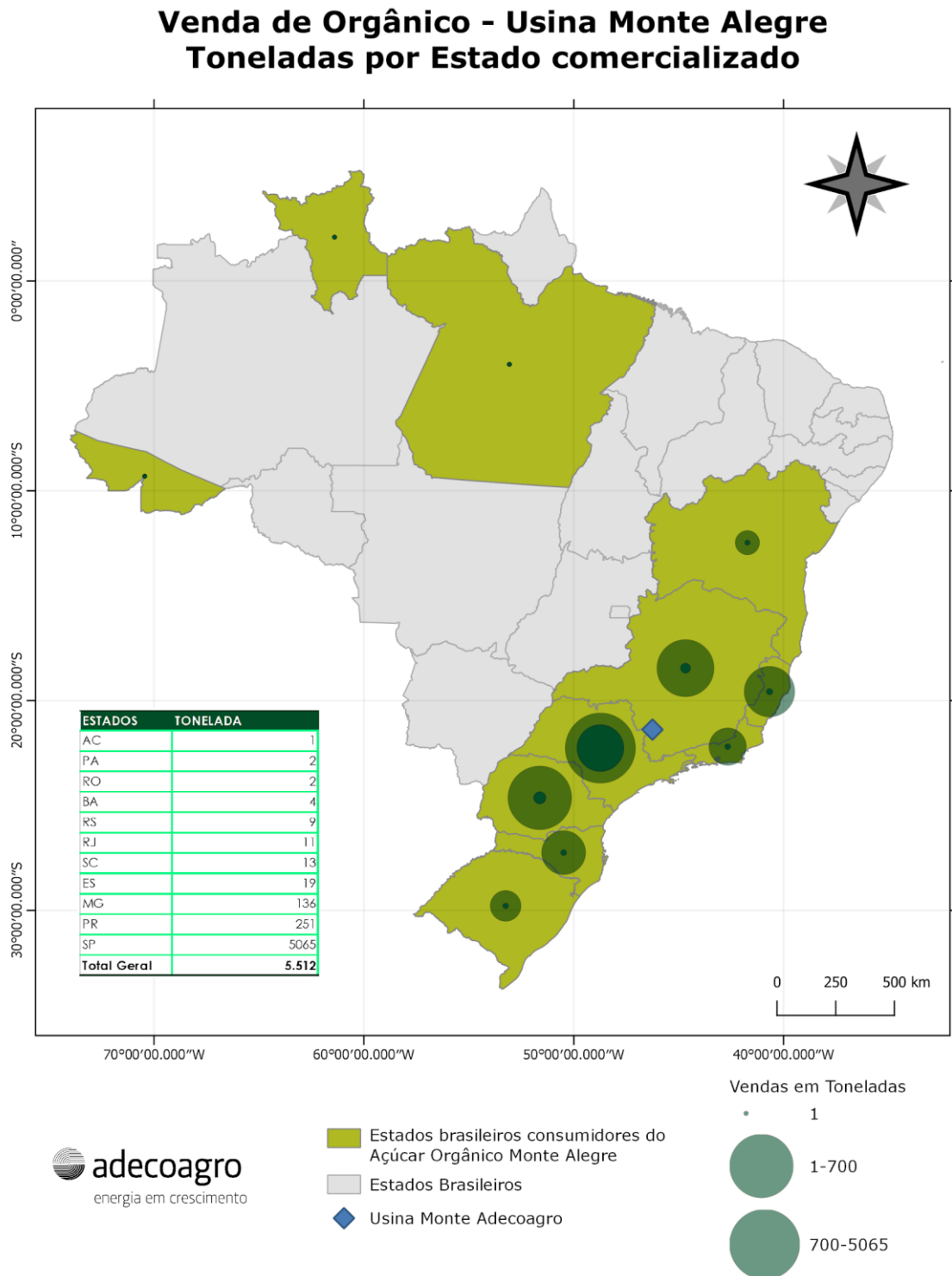
Adecoagro, foi uma oportunidade de aumento de receita, sem aumentar a produção, e que faz sentido, por estarmos em uma região onde temos mão de obra, estamos próximos aos canais de exportação e agrega valor. A Usina Monte Alegre-Adecoagro vem se especializando em atender mercados especiais, com produtos de maior valor agregado.

Nesse sentido, analisamos uma ruptura político-econômica na região, que modifica o cotidiano da classe trabalhadora, afinal é uma empresa que antes era de cunho familiar e que passa a responder a um plano de um grupo corporativo de capital aberto. Que antes era entendida como uma agroindústria local, e que passa a se tornar uma agroindústria que tem um papel dentro de um grupo corporativo, e que precisa alcançar metas determinadas por pessoas que não fazem parte daquele lugar, mas sim de um lugar com característica globalista. O que funcionava como característica local sofre com a pressão do que é global, pelo qual, o lugar no mundo se produz o lugar no cotidiano: nivelamento de necessidades, alinhamento dos desejos uns sobre os outros, cotidianidades idênticas (DAMIANI, 1999).

Um dos pontos provocativos e dicotômicos dessa realidade, é de que como a empresa pertence a um grupo, sua produção deva corresponder aos interesses do mercado financeiro internacional e não local. E isso se caracteriza pela precificação do açúcar convencional e também pela produção do açúcar orgânico. A matéria prima ali tratada, que é a cana de açúcar, que gera a produção de açúcar cristal como produto final a ser consumido, não chega necessariamente na mesa do trabalhador que faz parte das relações de trabalho construídas pela empresa, afinal é no ambiente de trabalho e pelo mercado de trabalho que a força do capital afeta diretamente o corpo dos trabalhadores (HARVEY, 2016), mas esse alimento, em grande parte é escoado para o mercado internacional e também para outras regiões do Brasil. Por isso, inclusive, o preço do açúcar se comporta como *commodity*, ele flutua junto com o que o mercado financeiro impõe em seu valor, como o dólar. Mas necessariamente, não interfere na vida do trabalhador, porque aquele alimento está sendo produzido não para chegar a sua mesa, mas sim para ser vendido ao mercado internacional.

Para isso, o Mapa abaixo (Figura 03), mostra o comportamento da empresa nas vendas do açúcar orgânico, que possui um preço diferente do convencional, mais lucrativo por sinal, e que assim delimita novas estratégias produtivas e de vendas na empresa. Repare que grande parte do que é produzido, é escoado para outras regiões do Brasil.

**Figura 03 – Mapa das relações comerciais da Usina Monte Alegre-Adecoagro estabelecidas pela venda do açúcar orgânico em território nacional.**



Fonte: Autoria própria, 2020.

A produção de alimentos orgânicos é uma tendência que nos próximos anos se tornará prioridade para o mercado alimentar, principalmente quando são cotados por valores altíssimos nas bolsas de todo o mundo, além também de se tornar parte de uma pauta que demanda saúde pública. Nesse sentido, outra mudança no aspecto de cotidianidade se acrescenta na história de quem compõe a Usina Monte Alegre-Adecoagro, *segundo F.T.S. Gerente Agrícola da Unidade*, a produção do açúcar orgânico está ligada a uma questão de estilo de vida, filosofia de vida e crenças pessoais daqueles que buscam alimentos orgânicos. Nesse sentido, vale destacar outra contrariedade apresentada pelo capitalismo, no caso o capital transformou a questão ambiental em um grande negócio (HARVEY, 2016). E nisso, novas formas de territorialização pelas práticas produtivas entrarão em pauta, principalmente pela commoditização do açúcar orgânico, existindo um rearranjo na forma de produção agrícola.

Deste modo, percebe-se que as formas produtivas se esgotam com o tempo, e alteram as relações da divisão internacional do trabalho, podendo inferir na flexibilização e monetarização das coisas. Vale lembrar que o agronegócio em sua forma atual, tem em sua produtividade algo otimizado por meio de processos que trazem resultados sociais e ambientais questionáveis, a exemplo do intenso uso de agrotóxicos e da expansão territorial constante (DELGADO, 2010). A exemplo disso, as fases da modernização agrícola que foram tangenciadas pela Revolução Verde proporcionaram aos países ditos subdesenvolvidos uma onda produtiva de commodities que possibilitou ao agronegócio sua expansão no interior do território brasileiro e também uma mutação nas formas produtivas de produtores rurais no país. Entende-se que a modernização da agricultura é postulada enquanto conservadora uma vez que seu processo apresentará um caráter excludente. Por isso, demandar uma análise sobre a produção alimentar orgânica pelo agronegócio, se faz fundamental, pois assim, pode-se caracterizar suas vertentes e formas de apropriação, além também, de como o sistema se rearranja de acordo com as tendências de mercado. Essa alteração, ou mesmo podendo ser entendida como ruptura do sistema hegemônico, mostra uma transição e transformação do capital para como o alimento e os agentes produtivos destes alimentos capitalizados.

Consumir objetos que não fazem parte de sua realidade, torna o mercado competitivo, modifica as relações de trabalho, estabelece metas a serem alcançadas e denotam as conflitualidades da modernidade. O capital se apropria da necessidade humana. O que estabelece que o imaginário social faz parte do cotidiano, mas que pela cotidianidade, máscara a predominância das pressões, a fraca capacidade de apropriação, a cuidar dos conflitos e os

problemas reais, torna uma apropriação de um objeto , um investimento prático e ilusório (LEFEBVRE, 1991) e isso ocorre no cotidiano da Usina Monte Alegre-Adecoagro, um lugar que localmente representa interesses globais, e que atende às demandas consumistas de mercado, como a produção do açúcar orgânico por ser mais atrativo e não porque seja de melhor qualidade. A transformação do alimento em mercadoria é um fato, e precisa ser estudado, faz parte do nosso cotidiano.

## 4. COMODITIZAÇÃO DO ALIMENTO

### 4.1 Commodities agrícolas

Quando se faz uma pesquisa sobre o que é *commodity*, uma definição simplificada é sempre colocada à mesa, como a defendida por Branco (2008), que a entende como um termo utilizado para se referir aos produtos de origem primária, que são transacionados nas bolsas de mercadorias. Contudo, atualmente, o emaranhado que envolve este conceito é bem mais complexo, tornando difícil defini-lo. Precisa-se entender que a *commodity* é um mecanismo do capital, que envolve o capitalismo, e serve como base estratégica para as ações exercidas pelo agronegócio no Brasil.

É da natureza do capitalismo se expandir infinitamente. A este processo, na Geografia, chamamos de territorialização do capital ou da agricultura capitalista ou do agronegócio. (FERNANDES, 2011). Segundo Harvey (2011, não paginado, grifos do autor):

- I. **O capitalismo é orientado para o crescimento:** uma taxa equilibrada de crescimento é fundamental para a saúde do sistema, logo somente por meio do crescimento do lucro pode-se garantir a acumulação. O sistema cria condições para o crescimento de lucros e valores reais não se importando com as consequências que possam ser causadas, e vale destacar que a falta de crescimento gera crise.
- II. **O crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho nos meios de produção:** o capitalismo se baseia na relação de classe dicotomizada entre capital e trabalho. Sendo o controle do trabalho fundamental para o lucro capitalista, e se tornando essencial para a compreensão da totalidade do sistema e suas imposições.
- III. **O capitalismo é por necessidade tecnológica e organizacionalmente dinâmica:** a não inovação limita a obtenção do lucro, a inovação organizacional e tecnológica no sistema regulatório se torna crucial para a perpetuação do capitalismo.

Nesse sentido, a expansão geográfica dos sistemas agroalimentares, ao longo de mais de três décadas, conduzida por capitais multinacionais e amparada por uma crescente liberalização dos mercados, lançou as bases para uma maior aproximação entre o comércio e o sistema financeiro e para o processo de globalização (PAULA; SANTOS; PEREIRA, 2015). Ou seja, os mecanismos adotados pelo capitalismo, através do mercado financeiro ditam novas formas de territorialização pelo agronegócio, trazendo à tona a importância das novas caracterizações impostas pelas commodities agrícolas. Essa aproximação mais afirmativa por parte do mercado financeiro, molda as novas relações no setor sucroenergético,

com precificação volátil do açúcar cristal, até mesmo não segmentado pelas leis de oferta e demanda alimentar, mas sim por tendências e picos financeiros estratégicos por parte das metas estabelecidas pelo mercado global.

O comércio agrícola internacional evoluiu após os anos 1970 influenciado pela difusão global do modelo de produção e consumo americano e por uma ampla onda liberalizante promovida multilateralmente e capitaneada pelo sistema GATT/OMC. O quadro regulatório assim formado contribuiu para a integração dos mercados, tanto em termos geográficos quanto entre atividades comerciais e financeiras, em cujo contexto as commodities agrícolas foram convertidas em ativos, quando grandes bancos e similares identificaram nas transações comerciais de alimentos uma oportunidade para aumentar seus ganhos em condições de baixo risco e alta liquidez (PAULA; SANTOS; PEREIRA, 2015, p. 309).

Quando se fala de preço, fala-se de estratégia e mercado. O neoliberalismo, em sua vertente máxima, traz os ativos econômicos como resultado do lucro excessivo pelo meio de produção. No agronegócio, tem-se essa percepção, principalmente quando o alimento se torna mercadoria, de traçar uma estratégia de preço, efetiva de fato, um contexto da estrutura de mercado que leva a adotar uma rede complexa de relações entre corporações multinacionais. Segundo Mayer (2009), existem dois tipos de investidores no mercado de commodities, os “*money managers*” e os “*index traders*”.

Os primeiros atuam basicamente em fundos de *hedge*, com um horizonte de investimento de curto prazo, para os quais as commodities agrícolas representam uma diversificação de sua carteira de investimentos. Já os “*index traders*” atuam numa ampla gama de produtos e seguem uma estratégia de investimento passivo, tomando uma posição, geralmente mais longa, em relação ao desempenho das commodities, após comprarem peças de um índice criado por instituições financeiras que lhes retornam contratos futuros negociados nas bolsas de valores e de mercadorias (PAULA; SANTOS; PEREIRA, 2015). Assim, a desregulação dos mercados e a abertura das economias ao circuito financeiro internacional proporcionaram as condições necessárias para a mobilidade do capital financeiro e seu poder de coordenar as operações produtivas e mercantis ao longo de toda a cadeia de valor, como um elemento estruturante do processo de globalização do sistema agroalimentar (McMICHAEL, 2005). A exemplo disso temos as commodities alimentares.

Sobre as commodities, é importante destacar que a partir do momento em que o mercado financeiro trata o alimento como ativo, estabelece, portanto, uma relação de lucro sobre aquilo que está sendo vendido, respeitando a lógica neoliberal sobre a precificação do produto. As commodities podem ser entendidas como uma política de preços, pelo fato de

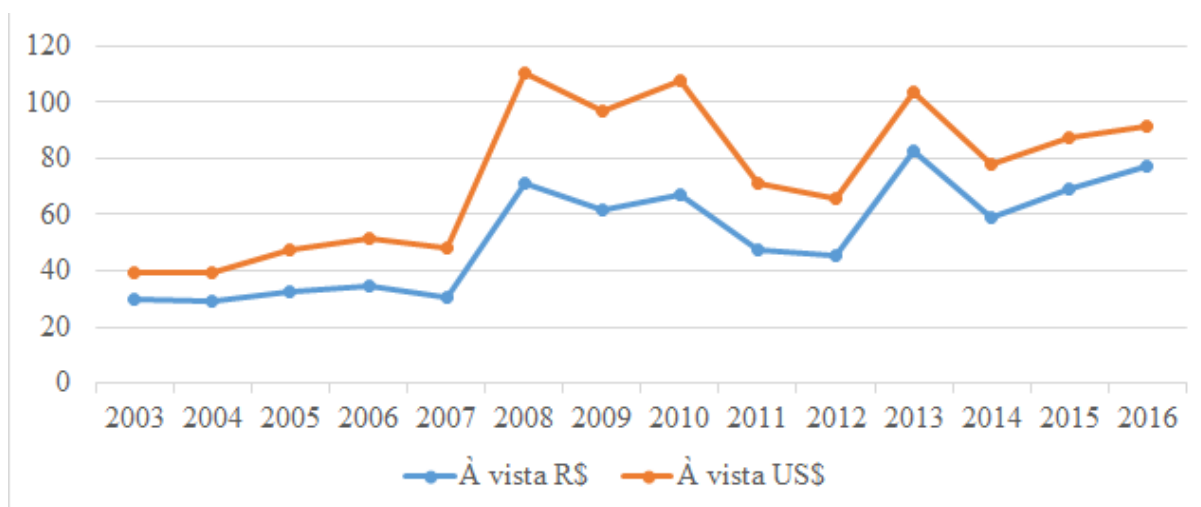
estarem atreladas ao mercado financeiro e que dispõem na forma em que se estabelecem os laços comerciais e na negociação do alimento como mercadoria em ativos futuros, que são compromissos firmados entre corporações, onde os atores definem e estabelecem o preço da mercadoria a ser paga não de imediato, mas sim em determinada data, ou seja, uma operação no mercado de futuros determina que o comprador deva comprar uma quantidade de produto em uma data futura e o vendedor tem que vender, mas com o preço que foi combinado no dia de fechamento do contrato. Dessa forma, podemos dizer que este mercado existe para tornar mais fácil a distribuição e transferência do risco envolvido entre os agentes econômicos (BRANCO, 2008). Basicamente, são negociadas em duas formas: mercado à vista e futuro (fecha-se já um contrato para entrega/pagamento futuro), e nas Bolsas de Mercadorias, são negociadas em quantidades padrões: por exemplo, na BM&F Bovespa o dólar é negociado em contratos (NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 2010).

Os gráficos (Gráfico 03 e Gráfico 04) abaixo explicitam o comportamento do valor do preço do açúcar cristal, definido pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2020). Nele percebemos que quando comparado ao dólar, adquire volatilidades no valor de seu preço, ou seja, sua fluutuabilidade é concomitante ao valor definido pelo mercado financeiro, pelo dólar. Picos nos preços provocam perda significativa de bem-estar para os pobres, pois grande parte de sua renda é comprometida com aquisição de alimentos (BRANDÃO; ALVES, 2013). A partir de 2005 os preços de commodities agrícolas atingiram níveis sem precedentes nos mercados mundiais, encarecendo brutalmente os alimentos e agravando sua escassez (PAULA; SANTOS; PEREIRA, 2015).

O Indicador de Preços de Açúcar CEPEA/ESALQ tem sido utilizado como base para a realização de negócios no mercado à vista do estado de São Paulo. É referência para o cálculo do valor da tonelada de Açúcar Total Recuperável (ATR), segundo procedimento Consecana - SP, além de subsidiar a realização de estudos e pesquisas relativos a esse importante segmento da agroindústria brasileira (CEPEA, 2020).

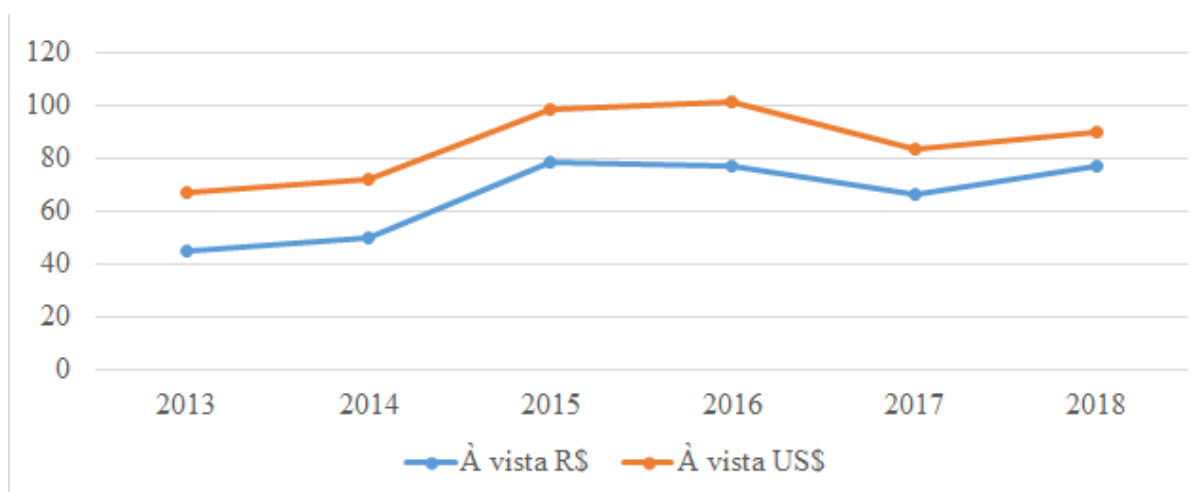


**Gráfico 03:** Indicador do Açúcar Cristal CEPEA/ESALQ - São Paulo - Período de 2003 a 2015 - Mês de Janeiro



Fonte: CEPEA, 2020.

**Gráfico 04:** Indicador do Açúcar Cristal ESALQ/BMVP - Santos - Período de 2013 a 2018 - Mês de Janeiro



Fonte: CEPEA, 2020

O preço da commodity agrícola, em especial o açúcar cristal, obedece às leis do neoliberalismo intrínseco no mercado financeiro, que depende da relação de oferta e demanda do mercado financeiro, a oferta é definida pelo volume do lucro gerado pelos níveis mundiais de estoque alimentar junto aos custos de produção, assim como alguns fatores que influenciam a demanda do preço da commodity, vêm das operações aplicadas na bolsa, que

no caso envolvem as variações de taxas cambiais e de preços observados em outras bolsas de valores internacionais. Com isso, os preços agrícolas deixaram de responder apenas aos estímulos da esfera real de oferta e demanda, e passaram a refletir a crescente conversão das commodities em ativos criados e negociados na esfera financeira (PAULA; SANTOS; PEREIRA, 2015).

No Gráfico 03 e no Gráfico 04, percebe-se que o açúcar cristal é um produto, não em si um alimento, ele está categorizado dentro de uma vertente de investimento, que de acordo com o efeito especulativo do mercado, também modifica seu preço. A volatilidade de preços é uma característica dos mercados das commodities agrícolas, e chama atenção social, afinal, o preço de mercado afeta diretamente nas relações de consumo da classe trabalhadora, uma vez que picos nos preços provocam perda significativa de bem-estar para os pobres, pois grande parte de sua renda é comprometida com aquisição de alimentos (BRANDÃO; ALVES, 2015). Contudo, o argumento central dessa análise está centrado no avanço das operações financeiras rumo ao mercado de commodities, exercendo influência decisiva no comportamento de seus preços em escala global (PAULA; SANTOS; PEREIRA, 2015).

O sistema agroalimentar tem sido marcado desde o final dos anos de 1990 por uma intensa instabilidade nos preços das commodities agrícolas cujas consequência foram mais perceptíveis nos países menos desenvolvidos e mais dependentes de importações (PAULA; SANTOS; PEREIRA, 2015).

Ressalta-se que o desenvolvimento da agricultura capitalista no país, focando-se no agronegócio sucroalcooleiro, dependeu de enormes investimentos financeiros, por parte do Estado brasileiro, seja por meio do aumento dos subsídios ou pela redução das taxas de juros a esse setor da economia (FONSECA; BRAGA, 2008). O modelo agrícola brasileiro continua a ser pautado na monocultura para a exportação, o processo de favorecimento do setor agroexportador permitiu com que se aprofundar o domínio das grandes corporações frente ao controle da produção e comercialização de mercadorias agrícolas, o que foi capaz de gerar a ampliação dos processos de dominação territorial, bem como o controle da produção e do trabalhador pelo capital. A política agroexportadora brasileira, pautada na monocultura, se contrapõe às propostas que visam garantir a soberania alimentar, a reforma agrária e acaba por desencadear uma série de conflitos com a população rural à medida que a fronteira agrícola se expande pelo país, neste cenário, não há espaço para a agricultura familiar, que gera renda, subsistência e fixa o homem ao campo (SILVEIRA; CARVALHO, 2008, p. 92).

## 4.2. Trabalhando paradigmas

Para inserir o conceito de paradigma em qualquer que seja o estudo científico, se faz necessário abordá-lo não de maneira simplória e rasa, mas trazer à tona a questão de que o paradigma faz parte do processo de entendimento de uma corrente de pensamento. Segundo Campos e Fernandes (2011), para entender o que é paradigma, é essencial citar o pensador Thomas Samuel Kuhn, que traz em sua obra o paradigma como um processo em que se transforma a ciência normal para a ciência extraordinária através de um ciclo de desenvolvimento do pensamento e atividade científica, estas como etapas que norteiam a atividade científica em paradigmas de estudo. Esse processo se dá:

[...] pelo período da ciência normal, as pesquisas são realizadas sob a condução de um paradigma, em que a prática científica é considerada estável. De maneira acrítica, é neste período que o paradigma é consolidado, de maneira que lhe é incumbido a tarefa de resolver questões e problemas previamente definidos, denominados por Kuhn de quebra-cabeças. No entanto, com o tempo, em razão do próprio movimento da realidade, surgem novos e expressivos fenômenos que não podem ser resolvidos pelo paradigma vigente, chamados de anomalias e que ocasiona o abandono da ciência normal. É através da anomalia que é possível penetrar em novos e desconhecidos processos investigativos, elemento estrutural no processo de reestruturação da ciência. Consequentemente, na tentativa de preencher essa lacuna, inicia-se o segundo estágio mencionado, considerado como instável e revolucionário, denominado de ciência extraordinária. (CAMPOS; FERNANDES, 2011, p. 26).

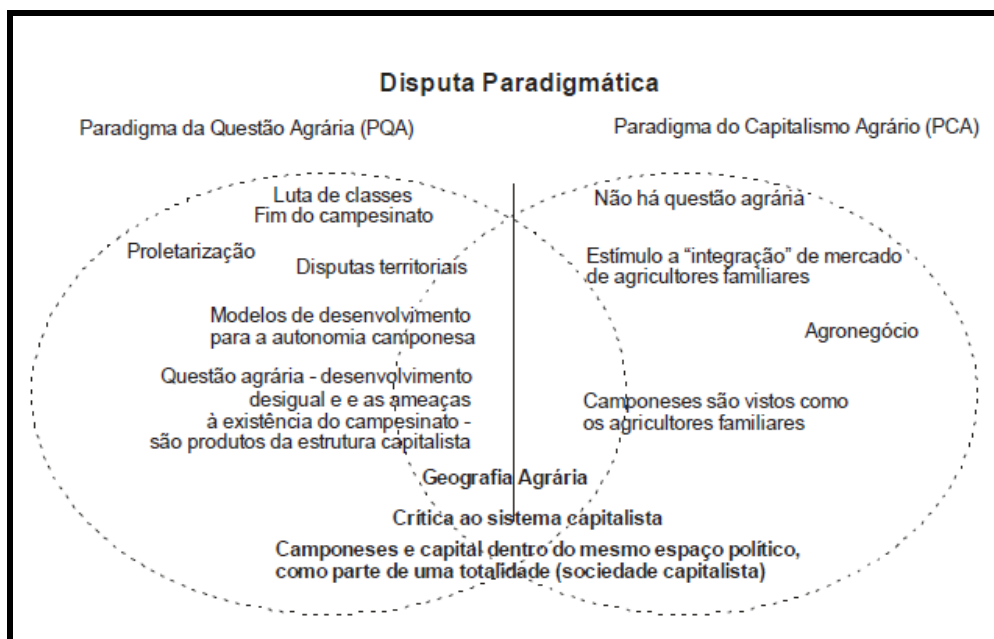
Nesse sentido, o desenvolvimento de saberes é norteado por um ciclo de desenvolvimento nas formas e abordagens científicas, e pela Geografia, desde a sua gênese, percorreu-se inúmeros e variados caminhos teórico-metodológicos, marcada por movimentos ininterruptos de superações na construção do conhecimento (CAMPOS; FERNANDES, 2006). E ao analisar a produção intelectual da Geografia pela abordagem paradigmática, a conflitualidade é condição essencial (CAMPOS, 2012). Vale ressaltar que o embate entre quantitativistas, tradicionalistas e críticos, proporcionou a existência de um espaço interativo para o debate teórico entre os geógrafos, o que resultou em diferentes propostas teóricas que se refazem a cada dia (FERNANDES, 1998, p. 8).

A complexidade e a imprecisão da era moderna não permitem que modelos explicativos rígidos e estáticos sejam realizados. A dinamicidade e o movimento da realidade realizam a todo instante nossas interpretações, o que coloca em evidência a imprescindibilidade do debate paradigmático na Geografia. É preciso que as Ciências Humanas tomem frente, isto é, que atuem como motores, recusando o positivismo lógico e valorizando os estudos baseados na esfera social. (CAMPOS; FERNANDES, 2011, p. 47).

Precisa-se entender, portanto, que os paradigmas do pensamento geográfico são diversificados e conflituosos, neste estudo por exemplo, que trata a financeirização do alimento pela Usina Monte Alegre-Adecoagro está contido no Paradigma do Capitalismo Agrário, que insere o agronegócio como parte deste território do saber.

Destaca-se que, as pesquisas sobre o campo brasileiro são desenvolvidas e podem ser analisadas a partir de dois grandes eixos paradigmáticos: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) (CAMPOS, 2012). E para compreender os rearranjos que existem no campo, é essencial a apropriação destes paradigmas como fonte de saber geográfico. Afinal, é a partir destes paradigmas que se consegue desenhar o desdobramento de como a agricultura e o capitalismo se relacionam, e também em como esse relacionamento resulta suas intencionalidades. É pela questão agrária que se pode estudar a questão estrutural no capitalismo, afinal, são irreconciliáveis nas perspectivas do campesinato e a do capital mediante as transformações provocadas pelo avanço do sistema capitalista na agricultura (FELÍCIO, 2011).

**Figura 04: Organograma da Disputa Paradigmática Agrária**



Fonte: CAMPOS, 2012.

Analisando o Organograma proposto por Campos (2012) na Figura 04, estes paradigmas elencados, o PCA e o PQA, delimitam territórios paradigmáticos e demonstram a multiplicidade paradigmática, marcada pela unidade, diversidade e diferencialidade, mas que possuem uma faixa de contato, na qual temáticas, questões e tendências se aproximam. Na interseção destes dois paradigmas existe a crítica e o reconhecimento das contradições da sociedade capitalista, o que faz do pensamento geográfico ser evidenciado por intermédio da multiplicidade paradigmática. A multiplicidade implica em diversidade da organização das formas do pensar, isto é, da diversidade paradigmática que envolve os estudiosos em Geografia Agrária na interpretação do campo (CAMPOS; FERNANDES, 2011).

O PQA orienta seus estudos no entendimento da problemática travada pela luta de classes, de (re)criação e apropriação da riqueza produzida pelo campesinato, aproximando-se de questões que buscam a superação do modelo excludente capitalista, uma vez que a conflitualidade é tratada como uma das formas de desenvolvimento para o campo. Enquanto o primeiro enfoca a conflitualidade inerente às relações capitalistas e não capitalistas de produção, o segundo focaliza as relações capitalistas como condição de reprodução do capital e dos agricultores familiares. No PCA, a questão agrária não ocupa centralidade, tampouco a conflitualidade. Para este paradigma, a questão é tratada de maneira conjuntural, sem a perspectiva de transformação dos padrões estruturais do modo capitalista de produção. A solução se respalda na integração e adaptação da organização camponesa/familiar ao sistema capitalista, cujo objetivo é impor um único modelo de desenvolvimento para o campo (VINHA; FERNANDES, 2019, p. 133)

Pelo PCA, a solução depende de uma mudança na conjuntura socioeconômica, determinada pelo desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 2005). Assim, o capitalismo é entendido como um sistema capaz de solucionar os problemas do campo, pelo qual neste paradigma não existe lugar para a conflitualidade ou antagonismo, de maneira que ambas as tendências dão continuidade ao desenvolvimento do modo capitalista de produção (CAMPOS, 2012). O PCA entende que tanto o agronegócio como a agroindústria são objetos geográficos que merecem atenção para análise e estudo, pois, é a partir deste paradigma que se valoriza os excelentes resultados da agricultura de larga escala. Nesse sentido, percebe-se que tanto o PQA e o PCA analisam situações do campo, mas em campos antagônicos, e a partir destes campos antagônicos criam-se territórios do pensamento geográfico, por isso, o embate entre estes dois paradigmas e suas contraposições fazem jus a movimentos territoriais no campo das ideias, uma territorialização imaterial, que possibilita a reflexão sobre os rebatimentos econômicos no campo brasileiro. Devido a essa disputa construída a partir da

pluralidade de concepções existentes, podemos denominar esse conjunto de elementos que formam o conhecimento científico de territórios imateriais (FERNANDES, 2009).

É a partir destas leituras paradigmáticas e territorializações imateriais, que se compreende as tendências do que é material. Entendendo como se dá o Paradigma do Capitalismo Agrário, compreende-se como os mecanismos de mercado se comportam e se materializam no campo das relações cotidianas, e nas tendências de ações de mercado. Ou seja, entendendo como o território imaterial se dá, entende-se os mecanismos territoriais de como as relações materiais do agronegócio se dão.

Com relação, especificamente, à questão agrária, as teorias, as manifestações, as ocupações, as políticas públicas, as diferentes experiências de Educação do Campo, os agrishows, entre outros instrumentos dos movimentos socioterritoriais, das organizações patronais e do Estado, territorializam os seus objetivos diariamente e, assim, criam e recriam territórios imateriais, através do aparato simbólico, que, por sua vez, irão influenciar na consolidação/manutenção ou rompimento de uma determinada lógica nos territórios materiais (CAMACHO, 2014, p. 95).

Ao tomarmos estas ideias como referência, entendemos que as disputas territoriais (material/imaterial) contidas na sociedade capitalista são por ideias, paradigmas, projetos, modelos de desenvolvimento, políticas públicas, terra e territórios (CAMACHO, 2014). Estes contextos e processos permitem a renovação de estudos, e temas propícios a área denotam como análises precursoras que abordam “a globalização neoliberal, a financeirização da agricultura, a convergência de múltiplas crises, as alterações no regime alimentar e novas formas de apropriação da natureza e resistências” (VINHA; FERNANDES, 2019, p. 147) se fazem fundamentais. Nesse sentido, ao se apropriar da disputa territorial de ideias, pode-se compreender as diferentes formas de territorialização pelo agronegócio. Vale lembrar que, o território é uma categoria de análise da Geografia, e por isso, existe uma tipologia que envolve o conceito, neste estudo, o território capitalista entrará em pauta de discussão, pois é a partir das ações da ADECOAGRO (SOROS) no Brasil, que se pode entender as ferramentas de territorialização adotadas pela corporação, para efetivar a ocupação do espaço onde está inserida e modificar as relações capitalistas lá presentes.

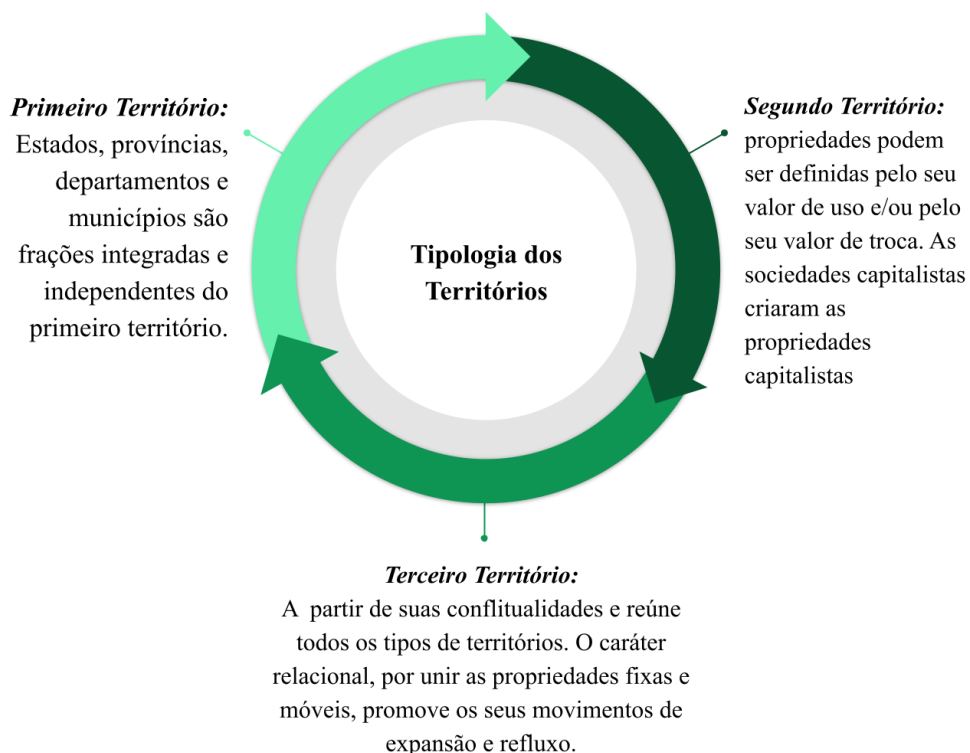
Para Camacho (2014), pela dialética materialista, as nossas ideias são reflexos da nossa realidade objetiva, ou seja, a produção da consciência humana está, estreitamente, relacionada com a produção material da vida. Trabalhar as questões das territorialidades do capitalismo, é abordar a materialidade das ações impostas pelos mercados financeiros em seu

campo ideal, e assim compreender como se dão essas relações pelas metas a serem batidas e objetivos corporativos a serem alcançados.

### 4.3. Sobre tipologia do território pela ADECOAGRO (SOROS) no Brasil e América Latina

Segundo Fernandes (2009), existem três tipos de territórios que precisam ser destacados e orientados de forma tipológica, o *primeiro território* denota os espaços de governança no qual constam os territórios produzidos pelas relações sociais mediadas pelo Estado Nação e organizados em diversas escalas e instâncias. O *segundo território* é caracterizado pelas propriedades, sejam elas particulares ou coletivas. O *terceiro território* é definido pelo espaço relacional. E junto, o *território imaterial* que está relacionado com o controle e o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações.

**Figura 05: Organograma da Tipologia dos Territórios segundo Fernandes (2009)**



Fonte: Autoria própria, 2021.

A territorialização do agronegócio tem como ferramenta fundamental a commoditização dos alimentos, e neste aspecto, se faz importante adentrar os mecanismos de

apropriação que existem nas contradições do capitalismo. É seguro afirmar que as commodities são ferramentas imateriais de territorialização. Afinal, é pela política de precificação e ordens de mercado, que se impõe pelas agroindústrias os volumes produtivos que precisam ser alcançados, gerando assim uma reação em cadeia, na qual o componente imaterial representado pelo valor da moeda e do da lógica do lucro, audita os valores do quão a corporação precisa ser produtiva. Quão mais produtiva precisa ser, maior os recursos a serem explorados e que deverão ser apropriados, mais terras deverão ser arrendadas ou compradas, e seus ciclos produtivos alterados de acordo com a demanda promulgada pelo mercado financeiro.

A produção de commodities está associada a um modelo de desenvolvimento que, além de atingir diretamente a população, desafia a soberania dos países. A produção de alimentos, fibras e combustíveis para o mercado internacional está relacionada ao uso dos territórios dos países pobres e à dependência tecnológica e econômica dos países ricos. Exemplos são as monoculturas (...) A constituição de um modelo de desenvolvimento organiza as infraestruturas e os serviços, determinando os tipos de usos dos territórios, expropriando os sujeitos e relações sociais que não são incorporadas ou cooptadas. (FERNANDES, 2009, não paginado).

É essencial fazer uma retomada histórica sobre a ADECOAGRO (SOROS), pois a partir dela pode-se entender as formas de territorialização corporativa vigentes no Brasil e na América Latina, é sem sombras de dúvidas, uma das corporações agroindustriais mais importantes no cenário do agronegócio em atividade. As informações deste tópico foram obtidas por meio de entrevistas realizadas com trabalhadores da Usina Monte Alegre-Adecoagro (Anexo I).

A ADECOAGRO (SOROS) iniciou suas operações na América Latina no ano de 2002 através da aquisição de 74.000 hectares de terra de cultivo na Argentina, sendo neste período o de consolidação do modelo de produção com foco no rendimento e otimização do uso das terras, através de técnicas sustentáveis, como o plantio direto e rotação de culturas. Foi a partir de 2004 que o modelo de negócio trabalhado na Argentina, serviu como base para investimento em outros países da América Latina, como no Uruguai e Brasil, para a produção de grãos, diversificando o risco de produção.

No ano de 2005, foi adquirida pelo grupo a Usina Monte Alegre, localizada no Estado de Minas Gerais, Brasil, fato que figura o início dos investimentos massivos no setor sucroenergético em território brasileiro, sendo que no ano de 2007, iniciaram os trâmites para a construção de uma planta agroindustrial de cana de açúcar no Estado de Mato Grosso do



Sul, em Angélica, que foi concluída no tempo recorde de 16 meses, iniciando suas atividades produtivas em 2008, com capacidade de moagem de 2.0 milhões de toneladas de cana de açúcar.

Neste mesmo período, na Argentina, entre regiões de Córdoba, Santa Fé e Buenos Aires, o grupo corporativo consolidou-se no setor arroseiro pela compra da PILAGA, sendo anexados mais 94 mil hectares de terras e duas usinas de beneficiamento de arroz, além da produção de sementes e também a marca *Molinos Ala*. Assim, a ADECOAGRO (SOROS) atualmente cultiva arroz em mais de 36.000 hectares irrigados de terra, comercializando sementes de arroz tipo *premium* e produzindo arroz branco para os mercados interno e externo. E concomitante a isso, também foram anexados investimentos no mercado do leite, através da construção de uma unidade leiteira no molde de confinamento, que comporta 3.000 vacas.

No ano de 2008, visando a consolidação dos processos financeiros, administrativos e de controles, implementaram ao grupo uma ferramenta dedicada ao planejamento empresarial, o *Oracle Business Suite*, e também o *International Finance Reporting Standards (IFRS)*. Estruturando também no mesmo ano, um empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o que possibilitou financiar os projetos de crescimento da corporação.

No ano de 2009, o ramo da pecuária ganhou mais uma expansão, com a inclusão de venda direta de gado de corte para empresas de processamento de carnes, e modelos de arrendamento de pastos por contratos de longo prazo. E em 2010, foi concluída a construção da segunda fase de Angélica, resultando na ampliação de 100% de moagem de cana de açúcar, passando de 2,0 milhões de toneladas para 4,0 milhões de toneladas por ano.

Mas foi no ano de 2011, que o grupo ADECOAGRO (SOROS) ganha escopo globalista, em 28 de janeiro de 2011, a empresa foi listada na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), sob o nome AGRO, e recebeu mais de USD 420 milhões para continuar expandindo as atividades. O quadro regulatório assim formado contribuiu para a integração dos mercados, tanto em termos geográficos quanto entre atividades comerciais e financeiras, em cujo contexto as commodities agrícolas foram convertidas em ativos, quando grandes bancos e similares identificaram nas transações comerciais de alimentos uma oportunidade para aumentar seus ganhos em condições de baixo risco e alta liquidez (PAULA; SANTOS; PEREIRA, 2015). Contexto este, que figura a construção da primeira fase da usina de Ivinhema sendo o segundo projeto de expansão sucroenergética no Estado do Mato Grosso do Sul, e localizada a 45 km da usina de Angélica. No ano de 2012, a expansão também se deu

na Argentina, com o início das operações da segunda unidade leiteira de confinamento, que comporta 3500 vacas e também de mais uma usina de beneficiamento de arroz com capacidade produtiva de 120 mil toneladas.

No ano de 2013, inicia-se a construção da segunda fase da usina de Ivinhema, com expansão da capacidade de moagem para um *cluster* de 6 milhões a 9 milhões de toneladas programados até o ano de 2015, o que permite maior eficiência operacional e aumento de receita. Atualmente, suas atividades produtivas se concentram na Argentina, Brasil e Uruguai, com bens industriais, que incluem 3 usinas sucroenergéticas, 3 usinas de beneficiamento de arroz, 2 unidades leiteiras e 10 unidades de manipulação de grãos.

A expansão do agronegócio sucroalcooleiro figurado pela Usina Monte Alegre como o início dos investimentos da ADECOAGRO (SOROS) no Brasil, segundo Silveira, Silva e Castanho (2012) é decorrente de fatores como sua proximidade com a divisa do estado de São Paulo e de cidades como Ribeirão Preto e Sertãozinho, grandes produtoras e beneficiadoras da cana-de-açúcar, bem como por aspectos geográficos como clima e relevo. Além disso, os autores citados acima apontam os incentivos governamentais, a fertilidade dos solos e a oferta de mão-de-obra para essa atividade, enquanto fatores que proporcionaram um aumento na área produtiva sucroalcooleira.

A transição da década de 1990 para a década de 2000 apresentou uma nova tendência ao agronegócio sucroalcooleiro, essa transição introduziu no país o processo de internacionalização da indústria de etanol por meio de diversas matizes, como as aquisições, fusões e processos tidos como mais complexos, como joint-ventures, alianças e acordos estratégicos formais na área da produção, do comércio e da transferência de tecnologia (BENETTI, 2008, p. 5). Na Região Geográfica Intermediária de Varginha (IBGE, 2017) esse processo também está presente, a usina Monte Alegre, que outrora fora de propriedade familiar e passara pelo processo de venda para o capital internacional, mais especificamente para a empresa ADECOAGRO (SOROS), no ano de 2006. Assim, segundo Ferrari (2012), a empresa ganha uma estrutura de governança corporativa, que pressupõe que os acionistas têm um lugar especialmente reservado para eles (board), que a gestão será feita por executivos contratados em função de sua competência e que serão estabelecidos processos para garantir que a "alta gerência" trabalhe alinhada com os interesses dos acionistas, sem se esquecer dos demais stakeholders (partes interessadas).

As relações de poder impostas pelo mercado financeiro, resultam na expansão de seus mecanismos mercadológicos, e desta forma se territorializa no espaço geográfico pelas

corporações globalistas. Estas relações podem ser notadas no processo rápido e avassalador da chegada e desenvolvimento da ADECOAGRO (SOROS) na América Latina. Em um curto espaço de tempo, motivado pelo financismo e injeção de capital, foram investidos no agronegócio rearranjos que se aproveitavam das vantagens norteadas pela conjuntura. Nota-se que na Argentina e no Uruguai, os investimentos foram pontuais, em setores já existentes e desenvolvidos. Enquanto que no Brasil, investimentos massivos no setor sucroenergético, figuram uma das estratégias corporativas: na expansão das unidades agroindustriais do setor que resulta no aumento da capacidade de moagem da cana-de-açúcar, sem precisar, necessariamente, expandir em grande escala a área de cultivo, pois há a preferência pelos ganhos em produtividade (FAGUNDES, 2016).

As facetas normativas do agrobusiness se mostram pela financeirização do alimento, no campo material, pela consolidação da monocultura e do investimento em cadeia em recursos agrícolas pertencentes às grandes corporações. É da natureza do capitalismo se expandir infinitamente. A este processo, na Geografia, chamamos de territorialização do capital ou da agricultura capitalista ou do agronegócio. (FERNANDES, 2011) A expansão geográfica dos sistemas agroalimentares, ao longo de mais de três décadas, conduzida por capitais multinacionais e amparada por uma crescente liberalização dos mercados, lançou as bases para uma aproximação entre o comércio e o sistema financeiro, e também para o processo de globalização (PAULA; SANTOS; PEREIRA, 2015).

Nesse sentido, para efetivação de todo o projeto de implantação dos interesses norteados pelos investidores que formam a ADECOAGRO (SOROS), também foram realizados investimentos em infraestrutura, nota-se que são interesses do mercado global que se materializam nas relações do agro de forma local. Ou seja, onde se insere uma planta agroindustrial por uma corporação multinacional, precisa-se de investimentos para o desenvolvimento local, não só apenas pensando na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, mas também motivados por fatores que facilitem o escoamento do alimento como mercadoria. Segundo Campos (2012), pode-se explicar estes fenômenos pelos zoneamentos que funcionam a partir de uma organização em rede que busca vantagens comparativas dos lugares e coloca em questão a necessidade de implantação de novas infraestruturas para torná-lo atrativo aos investimentos. A exemplo disso, a implantação de duas usinas sucroenergético no Estado do Mato Grosso do Sul, próximas uma da outra, e que resulta em unidade e controle territorial pela empresa no local onde se instala.

As áreas de abrangência deste circuito são tratadas como territórios globais e entendidas como espaços que não possuem autonomia de gestão. O Estado cedeu o controle da produção desse circuito e sua interação com o mercado foi marginalizada na criação de oportunidades para a obtenção de lucro de grandes empresas. A principal função do Estado atrelou-se ao aumento dos níveis de competitividade no território, fenômeno chamado por Milton Santos de “guerra entre os lugares”. (SOUZA, 2004, não paginado).

A organização em rede envolve as mais diversas esferas e corresponde a uma nova divisão territorial do trabalho, em que grupos empresariais estabelecem uma relação de cooperação e competição dos lugares (SOUZA, 2004). A partir disso, pode-se notar que o capital se territorializa imaterialmente pelas ações, metas, e desenvolvimento do mercado financeiro, figurados pelos anseios corporativistas. O que é tendência nas localidades pelas quais possuem atrativos econômicos por suas territorialidades, o capitalismo faz desta situação um meio de ampliar lucros maximizados, sabendo também que a partir das crises, que são essenciais para a reprodução do capitalismo, sendo remodeladas e reformuladas para criar uma nova versão daquilo que consiste esse modo de produção, muita coisa é derrubada e destruída para dar lugar ao novo (HARVEY, 2016). Essa rede de atuação e ocupação pela ADECOAGRO (SOROS) é mostrada na Figura 06 logo abaixo.

**Figura 06: Mapa de Localização dos Empreendimentos da ADECOAGRO (SOROS) na América Latina**

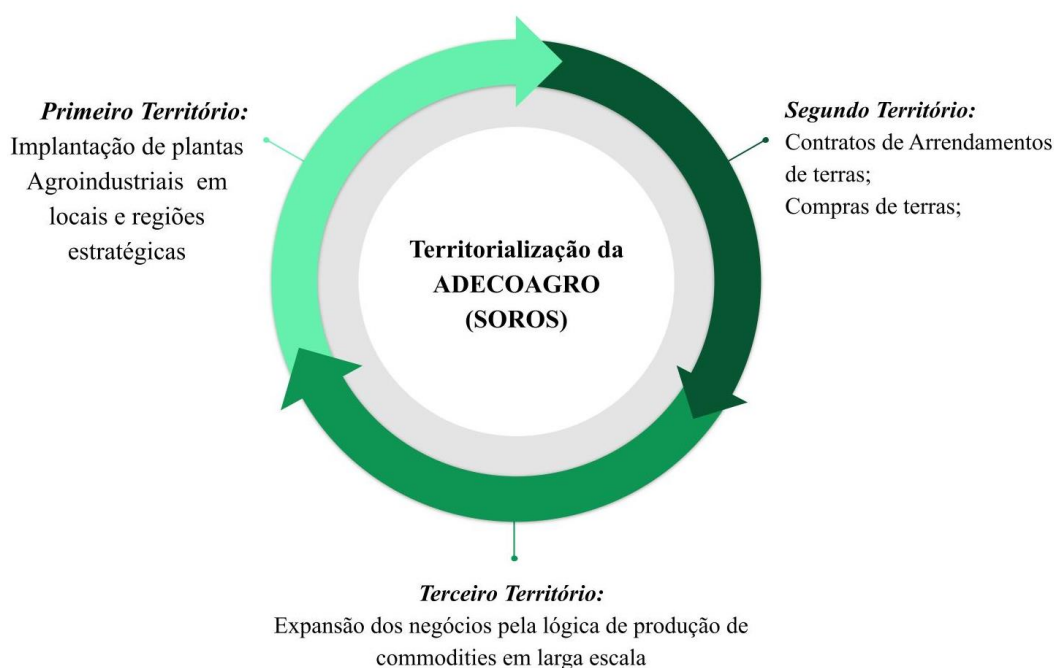


Fonte: Autoria própria, 2021.

A expansão territorial da ADECOAGRO (SOROS) é notável, ainda mais se levado em consideração o curto espaço de tempo desde sua criação até os moldes atuais, repara-se que em países como Argentina e Brasil (vide Figura 06), os pontos de implantação de suas

unidades são estratégicas, próximas de áreas urbanizadas e de fácil fluxo (rodovias e portos) para escoamento daquilo que é produzido. Adaptando a tipologia de territórios segundo Fernandes (2009), para realidade da ADECOAGRO (SOROS). Tem-se o seguinte organograma:

**Figura 07: Organograma da Tipologia dos Territórios da ADECOAGRO (SOROS), segundo Fernandes (2009)**



Fonte: Autoria própria, 2021

Portanto, a partir do momento que existe a injeção de capital (materialização do investimento ideal) pela empresa/corporação, a sua territorialização se torna evidente pela tipologia dos três tipos de territórios elencados por Fernandes (2009), no primeiro território figurado com o desenvolvimento do local onde a empresa está inserida e também pelas alterações na divisão do trabalho, no segundo território figura-se pela apropriação de terras por modelos de contratos de arrendamentos e também na aquisição destas, e no terceiro território por alterar as relações comerciais, logísticas e também competitivas, afinal, a partir do momento que uma empresa se beneficia financeiramente pela sua atividade econômica, atrai para sua região, outras que tentam expandir seus negócios seguindo a lógica de acumulação do capital.

## **5. REGIME ALIMENTAR CORPORATIVO E USINA MONTE ALEGRE - ADECOAGRO - PRODUÇÃO DO AÇÚCAR ORGÂNICO**

### **5.1. Sobre o Regime Alimentar Corporativo**

Ressalta-se que o desenvolvimento da agricultura capitalista no país, focando-se no agronegócio sucroalcooleiro, dependeu de enormes investimentos financeiros, por parte do Estado brasileiro, seja por meio do aumento dos subsídios ou pela redução das taxas de juros a esse setor da economia (FONSECA; BRAGA, 2008). O modelo agrícola brasileiro, continua a ser pautado na monocultura para a exportação, o processo de favorecimento do setor agro-exportador permitiu com que se aprofundar o domínio das grandes corporações frente ao controle da produção e comercialização de mercadorias agrícolas, o que foi capaz de gerar a ampliação dos processos de dominação territorial, bem como o controle da produção e do trabalhador pelo capital. A política agro-exportadora brasileira, pautada na monocultura, se contrapõe às propostas que visam garantir a soberania alimentar e a reforma agrária, acabando por desencadear uma série de conflitos com significativa parte da população rural à medida que a fronteira agrícola se expande pelo país, “Neste cenário, não há espaço para a agricultura familiar, que gera renda, subsistência e fixa o homem ao campo (SILVEIRA; CARVALHO, 2008, p. 92).

Para entender melhor as formas como o capitalismo se caracteriza e se territorializa a partir de seu jogo de interesses precisa-se discutir o Regime Alimentar Corporativo, que denota o mundo globalizado e neoliberal, levando a produção alimentar pelas grandes corporações à financeirização do alimento, monetizando as relações comerciais entre empresas e outros setores da sociedade, com base em uma moeda internacional, de forma cambial, instituindo uma rede de capital financeiro. Torna-se mais atrativo ao agronegócio produzir alimento para comercializá-lo no mercado internacional por ser mais rentável, do que abordar como prioridade a venda do alimento de modo intra territorial.

Para McMICHAEL (2016), o primeiro regime alimentar mundial foi influenciado pelas relações geopolíticas entre países europeus e suas colônias - especialmente nas Américas e na Oceania; no segundo regime alimentar global com maior interferência das revoluções tecnológicas e também a ascensão da Revolução Verde, permitiram-se a produção em grande escala de alimentos ultra processados, especialmente os baseados em grãos. Isso faz com que a terceira fase do regime alimentar global sintetize as relações alimentares

industriais no mundo, com a descentralização, o corporativismo e desmantelamento da soberania econômica de países considerados pobres, fazendo parte do projeto de “globalização”.

Vale elencar que agricultura e Estado estão interligados não só pela nova divisão internacional do trabalho, mas também pelo fato de relacionarem dialeticamente o espaço agrário junto às demandas do espaço urbano, passando por fases que propiciaram novas características na estrutura de mercado, de como ele se organiza e de como interfere nas relações cambiais junto ao alimento. Nesse sentido, o mercado também existe em função da cidade e é na cidade que as indústrias atraem as pessoas formando uma reserva da força de trabalho. E são estes sujeitos, que não têm tempo de plantar seus alimentos, os que buscam consumir de forma sistêmica, que, por sua vez, serão melhores produzidos pela agricultura capitalista (FELÍCIO, 2011).

Neste entendimento, trazer para o debate a questão dos Regimes Alimentares se faz necessária, afinal, estabelece de forma mais clara como os modos de produção interferem na questão do alimento, tendo este como forma de acumulação de capital.

A Teoria do Regime Alimentar (Food Regime Theory – FRT, sigla em inglês) representa uma tentativa de fundamentar a compreensão da organização da produção, distribuição e consumo de alimentos em escala mundial na economia política - em outras palavras, entender como o capitalismo e o Estado moderno geram e estruturam essa organização. Como definido por Friedmann e McMichael (1989), os co-criadores da teoria, a Teoria do Regime Alimentar descreve três regimes alimentares globais: o primeiro (1870-1930s); o segundo (1950-1970); e o terceiro (de 1980 até o presente), este último descrito como o regime alimentar "corporativo" por McMichael (2013) e como o regime "corporativo-ambiental" por Friedmann (2005). (TILZEY, 2019, não paginado).

O primeiro Regime Alimentar norteou-se pelo colonialismo existente no globo, pelo qual se estabeleceu uma relação vassala entre estados europeus e suas colônias. Nesse período, surgiu uma forma de divisão internacional do trabalho em que os estados coloniais reproduziram a produção agrícola europeia - e a indústria - em uma base mais eficiente em termos de custos, adequada ao provisionamento em larga escala das crescentes classes trabalhadoras europeias (FRIEDMANN; McMICHAEL, 1989). Ditou-se neste caso, como se dava a comercialização de trigo e carne. Essa conjuntura possibilitou que a Inglaterra mantivesse a vanguarda do processo de industrialização mundial, pois ela foi hegemônica na condução dos fluxos de alimentos no espaço. Por outro lado, as colônias foram reafirmadas como produtoras de bens primários (COCA, 2016). Mas com o advento das relações



comerciais com o passar dos anos e as novas relações territoriais que surgiam, cada vez mais internacionalizadas e intensificadas pelo ideal do livre comércio, proporcionaram-se aos novos Estados-Nação uma nova abordagem no trato do alimento como mercadoria que deveria ser produzida em larga escala, e também em como estabelecer laços entre países expoentes/exportadores. Assim, os estados nacionais competiam nos termos do liberalismo político e comercial britânicos porque a prosperidade nacional não podia mais ser assegurada pela doutrina e prática mercantilistas (FRIEDMANN; McMICHAEL, 1989).

Neste ponto, com a ascensão dos estados capitalistas, e da nova abordagem produtivista, novas demandas surgem, as quais podem ser compreendidas pelo Segundo Regime Alimentar, que traz em si, um conjunto de relações de produção e consumo um tanto mais complexo e contraditório, enraizado na proteção extraordinariamente forte do Estado e na organização da economia mundial sob a hegemonia dos EUA (FRIEDMANN; McMICHAEL, 1989). Além de ter a Revolução Verde, embasada por uma leitura neomalthusiana, advogava a necessidade de mecanizar a produção agrícola, tornando-a maior, a fim de suprir a alimentação da crescente população mundial (COCA, 2016). A modernização conservadora da agricultura potencializa a injeção de capital no setor agrícola, o que denota o aumento da mecanização do processo produtivo, consolidando a monopolização do capital pela reprodução ampliada (FELÍCIO, 2011). Nesse ponto, chegou-se à escassez produtiva, que norteou o Regime Alimentar Corporativo, pelo qual a relação entre Estado e agricultura também se baseia pelo interesse do mercado financeiro pelas multinacionais e o surgimento da commoditização do alimento.

Os estados nacionais têm poder, e isso é conveniente a curto prazo para poderosas corporações transnacionais, enquanto qualquer tentativa de construir instituições globais e locais deve se basear nos efeitos desintegradores da reestruturação transnacional da economia mundial. Tais tentativas irão confrontar os poderes dos estados e das corporações. No entanto, a localização estratégica dos estados no sistema estatal e as nações na economia mundial são de grande importância (FRIEDMANN, H.; McMICHAEL, P., 1989, p. 96)

Esse processo de liberalização financeira foi impulsionado pelas decisões de políticas tomadas pelo governo dos Estados Unidos em sua busca pela ampliação dos espaços de circulação de seus capitais, especialmente o bancário-financeiro, garantindo para suas instituições financeiras a capacidade plena na função de gestora das finanças e da moeda de referência mundial (dólar dos EUA) (PINTO; GONÇALVES, 2016). A maior integração internacional, porém, longe de reduzir as desigualdades materiais entre os países, é marcada

por novas assimetrias e novas relações de dependência (SANTOS, 2009). Dependências essas que são aferidas por políticas de precificação do alimento, que subalterna o Brasil por exemplo, aos índices de produção de commodities impostos pelos programas de metas do mercado financeiro.

A expansão geográfica dos sistemas agroalimentares, ao longo de mais de três décadas, conduzida por capitais multinacionais e amparada por uma crescente liberalização dos mercados, lançou as bases para maior aproximação entre o comércio e o sistema financeiro e para o processo de globalização (PAULA; SANTOS; PEREIRA, 2015). E por estes sistemas integrados, as corporações passam a exercer controle direto sobre a produção agropecuária, especialmente através de contratos, a chamada integração vertical (GUAZELLI; RIBEIRO, 2016). Assim, uma rede complexa de relações se materializa, e interligam essas corporações junto às suas demandas, que favorecem a apropriação dos recursos econômicos a serem expropriados. A caracterização do alimento enquanto mercadoria surge por meio de um sistema alimentar cada vez mais concentrado e determinado por poucas empresas transnacionais, sendo essa uma das consequências da crise estrutural do capitalismo (MACHADO, OLIVEIRA; MENDES, 2016).

Os preços agrícolas deixam de refletir apenas uma relação entre oferta e demanda nos mercados nacionais e passam a incorporar variáveis emanadas das transações globais, a financeirização do comércio agrícola pode propiciar uma combinação nefasta entre aumento da população subnutrida e expectativas de maiores ganhos na órbita financeira. A profusão de contratos futuros, paralela à baixas taxas de juros nas economias mundiais e a efetiva depreciação do dólar, fez das commodities agrícolas ativos financeiros atraentes aos olhos dos grandes bancos e, subsequentemente, de investidores em busca de opções seguras num contexto de incertezas resguardadas por uma estrutura de regulação permissiva com o grau de abertura das economias nacionais (PAULA; SANTOS; PEREIRA, 2015, não paginado).

Assim, pela ADECOAGRO (SOROS), o território brasileiro é interpretado diante do acelerado processo de intensificação da racionalização produtiva, como um local de grande demanda produtiva e de efetivação do plano de crescimento corporativo, em que o uso corporativo e empresarial se coloca à frente dos interesses da sociedade local (CAMPOS, 2012). E dentro do Regime Alimentar Corporativo, para a indústria alimentícia, a definição de alimento passa a ser pautada no entendimento do alimento-mercadoria onde o objetivo maior é a disponibilidade de produtos gerados por meio de alta tecnologia industrial associada aos ingredientes de fácil aquisição e baixo custo (MACHADO, OLIVEIRA; MENDES, 2016).

Uma fórmula perfeita para o ganho e desenvolvimento do corpo mercadológico figurado pela corporação multinacional.

## 5.2. A Revolução Verde na Agricultura

Vale destacar que o capitalismo em seu processo de se remodelar pelas relações sociais e demandas apresentadas ao longo da história sob o processo de acumulação do capital sempre obteve sucesso. Principalmente, se levar em consideração que o complexo emaranhado de circulação de informação e mercadorias, traça uma rede econômica mundial que consiste em transformar o alimento em *commodity*. Existe, portanto, uma deslocalização das atividades econômicas, exceto aquelas que precisam extrair recursos do meio físico para sua reprodução (RAFFESTIN, 1993). A transnacionalização de “rotas alimentares suplantou a exposição bilateral politicamente administrada de excedentes de alimentos e tecnologias agroindustriais associada ao regime alimentar pós-guerra.” (McMICHAEL, 2016, p. 75).

Em segundo lugar, a “natureza” que supostamente exploramos e esgotamos, e que supostamente nos limita ou “se vinga”, está interiorizada na circulação e na acumulação do capital. A capacidade de crescimento de uma planta, por exemplo, está incorporada no agronegócio em sua busca de lucro, e é o reinvestimento desse lucro que faz a planta crescer de novo no ano seguinte. Características e elementos naturais são agentes ativos em todos os pontos do processo de acumulação do capital. O fluxo monetário é uma variável ecológica, e transferência de nutrientes através de um ecossistema também deve constituir um fluxo de valor. (HARVEY, 2016, p. 230)

Vale lembrar que o agronegócio em sua forma atual, tem em sua lógica produtiva algo otimizado por meio de processos que trazem resultados sociais e ambientais questionáveis, a exemplo disso tem-se o intenso uso de agrotóxicos e da expansão territorial constante (DELGADO, 2010). No tocante deste estudo, para ADECOAGRO (SOROS) se implantar no Brasil pelas suas unidades agroindustriais sucroenergéticas, precisa-se compreender como se deu e como se caracteriza este processo de desenvolvimento. No caso, se dá pelo Regime Alimentar Corporativo e é caracterizado pela concepção da Revolução Verde, mas para isso ocorrer é necessário realizar uma breve retomada histórica sobre a lógica imaterial produtivista que se territorializa materialmente através do agronegócio, para assim compreender seus rebatimentos econômicos.

Para Porto Gonçalves (2004), existem contradições no sucesso da Revolução Verde, e por isso é um fenômeno que deve ser estudado de forma com que se mostre suas contradições pela lógica do desenvolvimento, inclusive no que tange às relações de poder por meio da tecnologia, pelo fato de que a produtividade progrediu significativamente na agricultura e simultaneamente existiu a redução dos preços relativos aos produtos alimentares com o passar dos anos. Essa relação não significa que o agronegócio tenha pleno sucesso na produção alimentar e erradicação da fome, por exemplo. Nisso, para o autor:

É preciso considerar, que a queda dos preços dos produtos agrícolas se deve não só ao aumento da produtividade, mas, também, à diminuição da renda diferencial por localização pela expansão da rede de transportes e de toda a sua logística (silos, armazéns, portos, sistemas de *gestão just in time, just in space*). Em linguagem corrente, a diminuição nos custos de deslocamento tornou possível, em grande parte, a queda dos preços dos produtos agrícolas. Por isso, a criação de estradas, hidrovias e portos se tornou uma verdadeira obsessão, como o demonstram a expansão da rede de transportes no Brasil após a fundação de Brasília (1960). (PORTO GONÇALVES, 2004, p.15-16)

Ou seja, aquela máxima defendida pelos sujeitos que compõem o setor do agronegócio, ao defenderem a Revolução Verde como um período crucial de desenvolvimento de tecnologias no campo, não olham de forma crítica as relações e contradições existentes no período como um todo. Visões críticas que são fundamentais para desmistificar paradigmas e buscar soluções práticas para manutenção dos recursos capitalizados pelo agronegócio.

As fases da modernização agrícola, por exemplo, foram tangenciadas pela *Revolução Verde*. Fato este que proporciona aos países ditos subdesenvolvidos uma onda produtiva de commodities que possibilitou ao agronegócio sua expansão no interior do território brasileiro e também gerou uma mudança significativa na forma de enxergar o que é produzido no campo pelos produtores rurais. Entende-se que a modernização da agricultura é postulada enquanto conservadora uma vez que seu processo histórico de fomentação veio a apresentar um caráter excludente, Graziano da Silva (2003) aponta como que a modernização não se comportou de maneira totalizante ao demonstrar que a queda no número de estabelecimentos agropecuários, no caso do estado de São Paulo, estava intimamente relacionada com sua não aderência às novas tecnologias por exemplo. Outro fator que também reforça na prática o caráter urbano e industrial difundido pela estratégia da Revolução Verde é o fato de o governo brasileiro ter priorizado o apoio à modernização das grandes propriedades (TOLENTINO, 2016). Possibilitando maior concentração fundiária, que pelo advento do capitalismo “se

tornou possível por meio do cercamento de terras comuns (*enclosures*) e os camponeses assim privados de terras e não mais conseguindo se reproduzir enquanto tais vieram a se tornar assalariados rurais ou urbanos” (PORTO GONÇALVES, 2016, p. 17). A urbanização do campo se daria por uma via diferente. A indústria não teria que transformar tudo à sua semelhança, teria apenas que integrar de maneira flexível as estruturas que resistiram à sua voracidade (TOLENTINO, 2016).

Partindo da quimificação e da mecanização como basilares para a modernização, o setor industrial passava a subordinar a agricultura. Essa submissão se dava a montante e a jusante do processo produtivo. A montante porque a agricultura teria de adquirir maquinário, implementos e insumos químicos das indústrias, criando assim um grande mercado para a aquisição de produtos industriais, a jusante porque deveria fornecer matérias-primas para a agroindústria, tanto no mercado interno quanto externo. É justamente neste momento que se instalam no Brasil uma série de indústrias sediadas no “Primeiro Mundo” e produtoras de bens de produção para a agropecuária como Ford, Shell, Ciba Geyge, ICI, UNILEVER, Du Pont, Bayer, Basf, Stauffer, Dow Química, Pfizer, Union Carbide, Hoeschte, Monsanto, Rhodia, etc. Erigia-se assim o que ficou conhecido como Complexo Agroindustrial (CAI) brasileiro (TOLENTINO, 2016, P. 97).

Mesmo que a Revolução Verde tenha ocorrido inicialmente sob o contexto de Guerra Fria (meados dos anos de 1945), ela se apropria do ideal produtivista e tecnológico sobre a produção alimentar, ou seja, o entendimento era que o rápido crescimento populacional (em termos malthusianos) aliado a uma distribuição inadequada de alimentos, fossem as principais causas da fome e da instabilidade política no ‘Terceiro Mundo’, e abordando essa ideia de deficiência de alimentos, o objetivo era via aplicação massiva de tecnologia no campo, subsidiar a maximização e produtividade agrícola (DUTRA; OLIVEIRA DE SOUZA, 2018), logo vão “surgir as primeiras críticas a esse padrão produtivo como, por exemplo, a publicação, em 1962, da obra *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), de Rachel Carson, a qual alertava para o perigo que se supunha o uso indiscriminado de pesticidas. As críticas vão se tornar mais organizadas nas décadas de 1980 e 1990” (SOUZA, 2004, não paginado). Neste contexto político-econômico neoliberal dos anos 1990 instrumentos foram fornecidos para que algumas empresas do agronegócio mundial controlassem largamente a cadeia produtiva agrícola no Brasil (FERNANDES, 2006). O que acentua a subalternação do Brasil frente às potências e demandas globais.

A produção de alimentos, no âmbito do paradigma do agronegócio e do agrotóxico, ficou em segundo plano. O foco passou a ser a produção de commodities, alimentos que se tornaram mercadorias, comercializados e negociados nas bolsas de valores. A evolução na

produção dessas commodities, no entanto, foi acompanhada por uma elevação ainda maior no comércio de agrotóxicos. (DUTRA; OLIVEIRA DE SOUZA, 2018), um conjunto em cadeia de desenvolvimento do capitalismo no campo, pelo qual se norteiam grandes corporações que se relacionam pelas suas respectivas trocas comerciais. Assim, a agricultura tradicional, baseada na utilização intensiva de recursos naturais, foi progressivamente substituída por um sistema agrícola cujas bases estão assentadas no forte uso de máquinas, implementos, equipamentos e insumos, além de técnicas mais sofisticadas para obter maior racionalização das atividades (SOUZA, 2004).

E é certo que isto impactou ainda mais o ambiente natural e a sociedade, no campo e na cidade. Com a consolidação de uma “Segunda Revolução Verde”, permitida especialmente pelo desenvolvimento da biotecnologia/transgenia, foi extremamente elevada a intensidade de uso do solo, assim como, o consumo de agrotóxicos. [...] O agronegócio, com novos elementos da engenharia genética e novos agrotóxicos, intensifica a ocupação produtiva [...] conseqüentemente, intensifica os impactos socioambientais advindo deste paradigma produtivo. Essas novas tecnologias mantiveram a velha promessa de aumento na produção de alimentos. No entanto, o que ocorreu [...] foi a concentração de poder por algumas poucas corporações do agronegócio e a elevação da produção de commodities (soja, milho e cana-de-açúcar), o que levou à conseqüente diminuição da produção de alimentos (arroz e feijão) (DUTRA; OLIVEIRA DE SOUZA, 2018, não paginado).

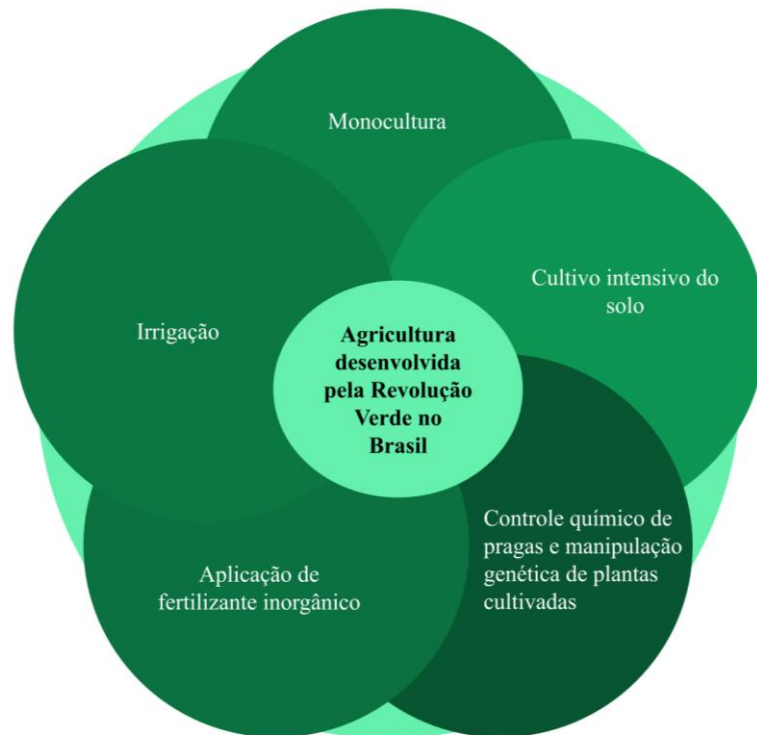
A Revolução Verde trouxe também a especialização de culturas. Num sistema agrícola industrializado, incentiva-se a produção em larga escala das variedades mais produtivas e especializadas (SOUZA, 2004) levando à homogeneização da paisagem de uma região que se caracteriza por sistemas de uso múltiplo dos recursos naturais, (PORTO GONÇALVES, 2016). Contribuindo na construção das bases de fortalecimento e consolidação de grandes conglomerados econômicos ligados à produção agropecuária e setores paralelos. Efetivando as bases, com os Complexos Agroindustriais, para hegemonia do que, posteriormente, classificou-se como Agronegócio (DUTRA; OLIVEIRA DE SOUZA, 2018). As monoculturas da produção de commodities, os desenvolvimentos da transgenia demarcam as disputas territoriais no campo agrário e no campo das ideias, enfatizando assim, que estes campos são inseparáveis, assim como são indissociáveis os territórios materiais e imateriais (FELÍCIO, 2011). Para Porto Gonçalves (2016):

[...] esse modelo agrário-agrícola analisado, que se apresenta como o que há de mais moderno sobretudo por sua capacidade produtiva, na verdade, atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte aliança oligárquica entre (1) as grandes

corporações financeiras internacionais, (2) as grandes indústrias-laboratórios de adubos e de fertilizantes, de herbicidas e de sementes, (3) as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e farmácias e (4) os grandes latifundiários exportadores (PORTO GONÇALVES, 2016, p. 25)

No organograma abaixo (vide Figura 08), pode-se notar que os pilares da Revolução Verde no Brasil visam edificar essa égide neoliberal. E que se for figurado pela atuação da ADECOAGRO (SOROS), se torna compreensível. Para conseguir trabalhar com índices produtivos elevados, como por exemplo os valores de moagem de cana de açúcar, ou mesmo de áreas que precisam ser arrendadas para suprir a demanda imposta pelo mercado, a empresa precisa sempre renovar seu canavial de tempos em tempos. E para renovação deste canavial é realizada metodologias agricultáveis dinâmicas e modernas, com utilização de maquinários sofisticados e técnicas agrícolas que visam recuperar os nutrientes do solo, ou mesmo na adesão de variedades de cana de açúcar que são adaptáveis ao clima ou que façam parte de um consórcio de ativo biológico. Isso se tratando da qualidade da planta que está sendo cultivada. Contudo, os materiais e demais objetos produtivos utilizados pela empresa para os tratamentos culturais do canavial, são comprados diretamente com outras corporações/empresas, e o mesmo se faz com os compostos químicos utilizados para manutenção biológica dos canaviais, o que sinaliza, portanto, uma rede complexa de relações demandadas pelos interesses capitalizados e interligados.

**Figura 08: Organograma com a espinha dorsal da agricultura moderna com base na Revolução Verde, segundo Dutra & Oliveira de Souza (2018)**



Fonte: Autoria própria, 2021.

Nesse sentido, se analisarmos os mecanismos tecnológicos no campo alavancados pela Revolução Verde e seu ideal produtivista, existe uma aproximação das relações da agricultura junto aos processos industriais, com aportes maximizados ditados pelas políticas econômicas impostas pelo mercado financeiro. A lógica da Revolução Verde cria no campo latifúndios produtivos do agronegócio, essas territorialidades desenhadas no Espaço Agrário brasileiro se efetivam por este pilares indicados no Organograma (vide Figura 08): pelo cultivo intensivo do solo com safras determinadas pelas monoculturas, nas quais em algumas localidades precisam também de irrigação e por isso precisa-se apropriar de recursos hídricos próximas a essas lavouras, além também da utilização, para conseguir suprir toda demanda de produção em larga escala, de insumos agrícolas, levando a uma metamorfose do modelo convencional para um modelo tecnológico de produção agropecuária, que é inclusive bem utilizado por corporações como a ADECOAGRO (SOROS), pelo fato de fazerem parte de



uma cadeia sólida de relações capitalizadas para suprir seus interesses e alimentar a lógica financeira do alimento como mercadoria.

### **5.3. A produção do Açúcar Orgânico pela Usina Monte Alegre-Adecoagro**

Como visto no tópico anterior, a Revolução Verde não produziu alimentos na amplitude que se esperava e foi extremamente impactante para o meio ambiente e para a sociedade (DUTRA; OLIVEIRA DE SOUZA, 2018). Em meio a uma crise alimentar mundial, ecossistemas em colapso e ao caos climático, mais uma vez novas tecnologias são promovidas por instituições internacionais, governos e grandes empresas como a fórmula mágica para solucionar problemas (GUAZZELLI; RIBEIRO, 2016). Consideramos que a agricultura sustentável supera a concepção de crescimento agrícola associado principalmente ao aumento da produtividade. Seu principal objetivo é a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retornos econômico-financeiros adequados à meta de redução da pobreza atendendo, dessa maneira, às necessidades sociais e econômicas das populações rurais. (SOUZA, 2004). Essa produção sustentável do alimento se figura pela Usina Monte Alegre-Adecoagro pela produção do açúcar orgânico.

A produção do açúcar orgânico pela indústria sucroalcooleira, e figurada pela Usina Monte Alegre-Adecoagro, mostra mais uma forma de apropriação do mercado capitalista, funcionando não apenas como um processo contraditório ao ideal do *agrobusiness*, mas também como uma forma de readaptação profunda no cultivo da cana de açúcar, no processamento industrial e também no escoamento comercial. O capitalismo tenta trazer tudo para si sem transformar em seu igual, até porque relações não-capitalistas podem ser utilizadas para a acumulação, sem implicarem tantos custos quanto as relações e estruturas tipicamente capitalistas que já se implicaram (TOLENTINO, 2011) onde a sustentabilidade tem que ser confrontada com a racionalidade, que está conformando a relação da sociedade com a natureza que enfim, denota de uma racionalidade ambiental, ou de uma racionalidade econômica mercantil (PORTO GONÇALVES, 2016).

Vale lembrar que além de todos estes processos produtivos serem rearranjados por conta do aumento da produtividade e de recursos naturais, a forma de pensar o alimento como produto sustentável e de que a cana-de-açúcar também é motriz para a produção de

biocombustível, evidencia uma nova resolução por parte do mercado, que ao mesmo tempo almeja produção em larga escala, mas também de forma sustentável. O que precisa ser entendido é que o setor produtivista enxerga os limites de exploração e de expropriação, e a partir disso, se criam mecanismos que possibilitam a transformação do sistema produtivo para algo mais lucrativo se inovador, mas também com base discursiva de cuidados paliativos e de pronto atendimento às demandas de preservação ambiental.

A máxima do desenvolvimento sustentável, segundo Souza (2004), é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. Para o mesmo autor, o conceito de sustentabilidade foi promulgado por países ditos de primeiro mundo, que sustentam a ideia da criação e manutenção de um novo padrão produtivo que respeite o ambiente, defendendo um novo modelo de agricultura que garanta a segurança alimentar e que também não seja agressivo aos recursos naturais, ao ponto de garantir a manutenção dos ecossistemas de onde a produção agropecuária se localiza.

Agricultura sustentável não constitui algum conjunto de práticas especiais, mas sim um objetivo: alcançar um sistema produtivo de alimento e fibras que: (a) aumente a produtividade dos recursos naturais e dos sistemas agrícolas, permitindo que os produtores respondam aos níveis de demanda engendrados pelo crescimento populacional e pelo desenvolvimento econômico; (b) produza alimentos saudáveis, integrais e nutritivos que permitam o bem-estar humano; (c) garanta uma renda líquida suficiente para que os agricultores tenham um nível de vida aceitável e possam investir no aumento da produtividade do solo, da água e de outros recursos e (d) corresponda às normas e expectativas da comunidade. (SOUZA, 2004, p. 7 apud NRC, citado por Ehlers, 1998: 91-92)

Assim, novas demandas surgem para a agroindústria, como readaptar de maneira tão profunda, práticas que vêm sendo utilizadas há mais de cinquenta anos? A Usina Monte Alegre-Adecoagro é uma das precursoras no Brasil sobre esta temática, desde o ano de 2016 vem convertendo parte de sua produção para açúcar orgânico. Para os profissionais entrevistados, a produção e comercialização do orgânico é vantajosa porque vai além da diversificação comercial e garante vantagens socioambientais (T.O, Esp. Gestão da Qualidade e Certificações, Monte Belo-MG, 2021), além também de se produzir um alimento com bom valor agregado. Trata-se de um mercado em expansão de forma global, que vem crescendo quase 10% ao ano. Além disso, produzir alimento orgânico é muito difícil. Empresas grandes, com foco em produções de larga escala, dificilmente se dispõem a tal esforço. Já para a Usina Monte Alegre-Adecoagro, foi uma oportunidade de aumento de receita, sem aumentar a

produção, e que faz sentido, por ser vantajoso e também por estar inserida em uma região onde existe vasta mão de obra para ser contratada em períodos de manutenção do canavial, vale ressaltar que a localização da Usina Monte Alegre-Adecoagro está próxima dos canais de exportação, fato que agrega valor ao produto, o que proporciona à empresa uma oportunidade de desenvolver laços comerciais para atendimento de mercados especiais, com produtos de maior valor agregado (F.T, Gerente Agrícola, Monte Belo-MG, 2021). O maior diferencial da Usina Monte Alegre-Adecoagro, é agregar valor aos seus produtos, diferenciando processos, mercados e buscando excelência em qualidade. A produção de orgânico foi pensada nestes princípios, além de incorporar atributos importantes de uma produção responsável nos quesitos ambientais, sociais e econômicos (R.N, Gerente Geral, Monte Belo-MG, 2021).

A produção de alimentos orgânicos é uma tendência que nos próximos anos se tornará prioridade para o mercado alimentar global, principalmente quando estes são cotados por valores altíssimos nas bolsas de valores de todo o mundo, além também de fazer parte dessa onda sustentável que vêm junto às novas demandas produtivas do mercado alimentar global. O capital transformou a questão ambiental em um grande negócio (HARVEY, 2016, não paginado). E nisso, novas formas de territorialização pelas práticas produtivas entrarão em pauta, existindo um rearranjo no espaço produtivo agrícola. Este rearranjo se desenha de forma desafiadora, afinal, serão abordadas novas práticas e novas tecnologias, que atendam a essas novas características técnicas, econômicas e sociais. A produção do açúcar orgânico se encaixa no que se é definido de agricultura sustentável.

Para os funcionários entrevistados, grande parte dos desafios encontrados na produção do açúcar orgânico está alocada nos tratos culturais do canavial, afinal, nestas plantações não podem ser utilizados nenhum tipo de insumo químico, apenas insumos minerais e/ou biológicos. Todas as tecnologias até então já desenvolvidos para controle de pragas, doenças e nutrição de planta como defensivos, herbicidas e adubos químicos, são substituídos por insumos e produtos orgânicos e biológicos, e ainda há um aumento de mão de obra rural para o controle manual do mato competição (R.N, Gerente Geral, Monte Belo-MG, 2021). Analisando este fato, talvez o principal desafio encontrado seja na verdade a ruptura no paradigma produtivista que vinha sendo empregado, como dito neste estudo, imagina-se o seguinte cenário: toda a empresa está inserida numa lógica produtivista, com metas a serem alcançadas e planejadas de tal forma, que precisam ser adquiridas tais produtos e agroquímicos para controle de pragas e também para manutenção do canavial, essas práticas agrícolas de mais de cinquenta anos, e em um curto período de tempo, precisa passar por uma

transição abrupta sobre suas próprias práticas e metodologias de trabalho, essa transição de açúcar convencional para açúcar orgânico não é fácil, é um processo que exige tempo, investimento, replanejamento, e enérgica campanha para mudar o paradigma que ali todos os sujeitos se inserem (empresa, corpo de trabalhadores, mercado).

**Figura 09: Fotografia de um canavial convencional, com tratamentos culturais não orgânicos**



Fonte: Autoria própria, 2020.



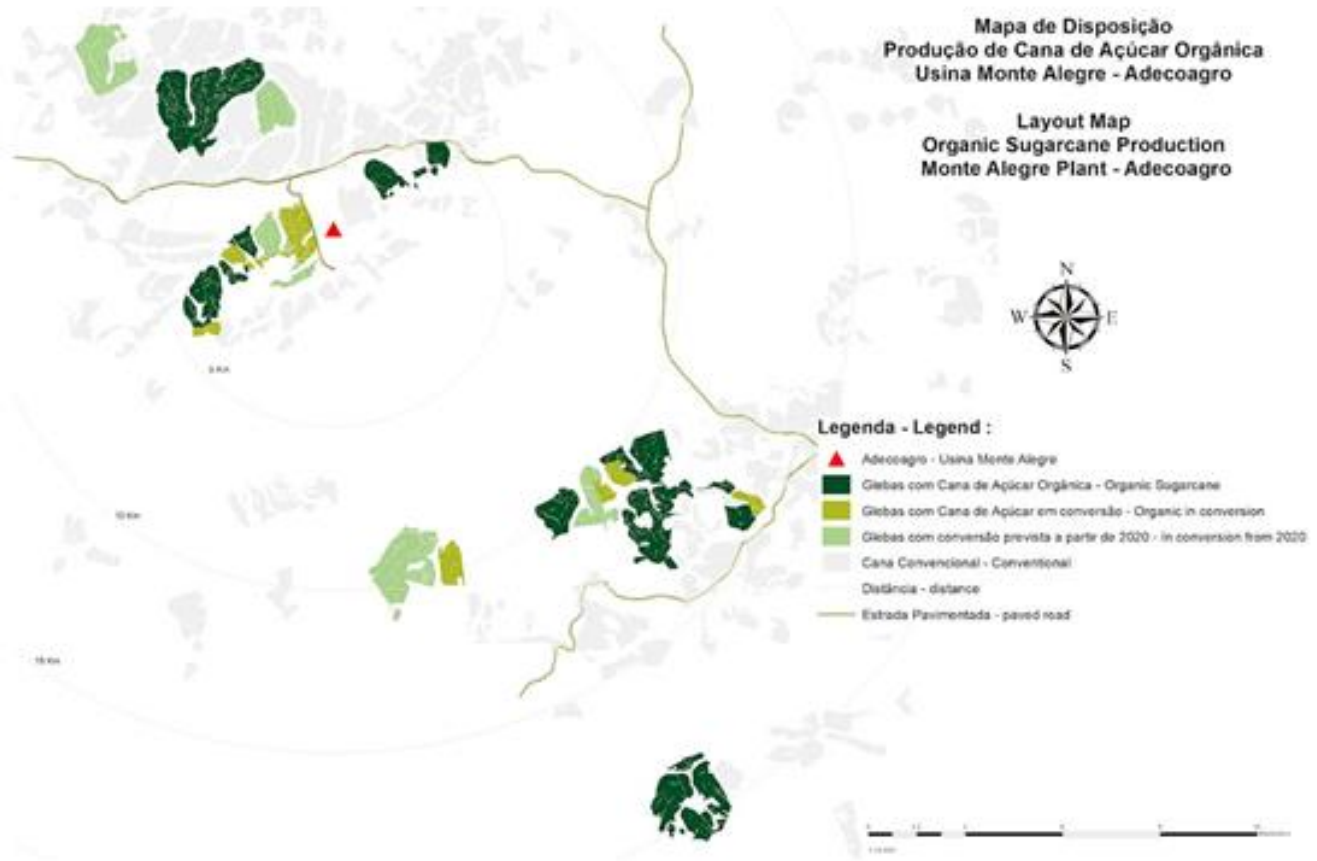
**Figura 10: Fotografia de um canavial orgânico, sem tratos culturais agroquímicos.**



Fonte: Autoria própria, 2020.

Pelas Fotografias 09 e 10, ilustram-se quão desafiadora é a produção do açúcar orgânico, mesmo que por uma corporação multinacional. Afinal, o que era potencializado nas operações agrícolas pela utilização de agroquímicos e defensivos agrícolas, agora necessita de maior cuidado pela não utilização dos mesmos, envolvendo um trabalho de tratos culturais mais manufaturado, com utilização de produtos para controle biológico ou mineral. E como tratam-se de áreas extensas, foram criados pequenos agrupamentos de fazendas que estão com o canavial já preparado ou em conversão orgânica, e observando o Mapa da Figura 10, nesse sentido, as operações de manutenção agrícola são otimizadas, e pequenas “ilhas” de tratos culturais orgânicos são organizadas, criando um padrão espacial que legitima as atividades em ações para produção orgânica do açúcar e também não orgânicas. Essas estratégias fazem parte do campo administrativo da empresa para melhorar as ações no campo e não alterar drasticamente seu plano de metas a serem batidas. O campo produtivo se torna vigente, seja qual for o alimento a ser produzido.

**Figura 11: Mapa da disposição das Glebas arrendadas que estão direcionadas para a produção de açúcar orgânico.**



Fonte: Autoria própria, 2020.

Além desse rearranjo espacial junto à organização das fazendas arrendadas (Vide mapa), outro ponto importante que merece destaque é o assunto sobre segurança alimentar, que pelo Dicionário da Educação no Campo (2012), é definido como:

é uma política pública aplicada por governos de diversos países que parte do princípio de que todas as pessoas têm o direito à alimentação e que cabe ao Estado o dever de prover os recursos para que as pessoas se alimentem. Para executar essa política, os governos se utilizam de diversos mecanismos: distribuição de alimentos, cestas básicas, tickets de refeições, instalação de refeitórios populares subsidiados, além de programas de renda mínima e de cartões para receber ajuda mensal em dinheiro, como é o caso, no Brasil, do programa Bolsa Família. (CALDART, 2012, p. 716)

Repare que pelo debate paradigmático agrário, a terminologia *Segurança Alimentar* é distinta por parte do PQA e do PCA, enquanto o PQA traz uma abordagem política tratando o alimento como base para sobrevivência no aspecto de modo de vida, o PCA traz uma abordagem qualitativa do alimento. Ou seja, quando se trata de segurança alimentar por parte do agronegócio, quer dizer que aquele alimento produzido segue todas as diretrizes impostas pelo mercado ou por alguma agência regulamentadora de qualidade alimentar, essa qualidade é mensurada e formalizada por algum tipo de certificação. A exemplo disso, o açúcar orgânico da Usina Monte Alegre-Adecoagro, no ano de 2020, recebeu a certificação FSSC 22.000, conquistando o direito de comercializar açúcar e etanol orgânico a vários mercados internacionais.

Segundo o IFope Educacional (2020), a FSSC 22000 é uma sigla para *Food Safety System Certification*, trata-se de uma certificação (ou norma) que tem o objetivo de monitorar e garantir a produção e distribuição de alimentos com segurança e qualidade, voltada à segurança de alimentos e sendo bastante abrangente, pois gerencia riscos em toda a cadeia de produção e fornecimento de alimentos. Vale destacar que é uma certificação desenvolvida para fabricação, cultivo, transporte, armazenamento, embalagens, *catering* e varejo de alimentos. Esta é mais uma caracterização do mercado corporativo sobre as relações comerciais alimentares: a padronização em termos qualitativos.

A fase fordista da agricultura perdurou pelas décadas de 1960 até 1990, quando os mercados consumidores europeu, americano e japonês passaram a ser mais exigentes quanto a certos atributos dos alimentos, desde aspectos da produção até as qualidades nutricionais e gustativas. O nicho de consumo mais relevante inicialmente foi o de orgânicos, ou seja, de alimentos produzidos sem o uso de adubos e defensivos químicos, livre de antibióticos e promotores de crescimento. (VIAN, 2017, não paginado)

A padronização em termos qualitativos denota uma abordagem quantitativa sobre o alimento, o índice de qualidade dele é calculado e precisa seguir um padrão produtivo, um trato mensurável como produto e não de fato como alimento. Uma relação oposta por exemplo, se comparada às atividades produtivas exercidas pela agricultura familiar e população campesina, que se utilizam da Agroecologia como forma produtiva alimentar e de modo de vida. Sendo assim, como o consumo de alimentos orgânicos é uma tendência, o mercado se apropria dessa ideia e inicia uma nova causalidade capital: a produção agroindustrial dos alimentos orgânicos.

Por fim, mais uma contradição colocada à mesa, a qualidade alimentar do açúcar orgânico é indiscutível, principalmente quando entendido como é produzido e de como é escoado. Contudo, vale salientar que essa é mais uma apropriação do mercado e uma resignificação que o setor impõe sobre a égide neoliberal, e que também se apresenta de forma sustentável. A sociedade precisa estar atenta e vigilante, afinal é pelo capitalismo que temos rearranjos econômicos e políticos que subsidiam o acesso de todos a principal mercadoria (infelizmente) colocada a nossa mesa, que é o alimento. Saber de onde ele vem e de como é produzido, portanto, é essencial.



## 6. CONCLUSÃO

A Geografia em sua totalidade apresenta vasta riqueza de análises, e a partir disso é permitido adentrar em um arsenal teórico que converge também com dados empíricos. Para entender as dinâmicas e os processos que compõem os diversos setores da sociedade, se faz necessária uma abordagem crítica, que emancipa o sujeito, e o faz compreender a relação dialética das coisas. Nesse sentido, foram elencados neste estudo diversas formas de enxergar essas dinâmicas geográficas e de como elas convergem ao mesmo tempo, realizando logicamente, uma retomada cronológica de como estes fenômenos se dispuseram no espaço geográfico. Estudo essencial, que pode ser utilizado para entender as contradições dos espaços, que são diferenciados, mas que se complementam em suas definidas distinções.

É preciso considerar que na produção do espaço, o conteúdo histórico se delimita pelas formatações econômicas, conjuntura política, ou mesmo sua organização sociocultural, por isso se vale abordar a modernização conservadora da agricultura pela ótica da cotidianidade, afinal é a partir dessas relações que se evidenciam as contradições do capitalismo e de como as relações entre os sujeitos que compõem o objeto de estudo também se alteram. Alterações drásticas nos processos produtivos existiram, com adesão de frotas de maquinários agrícolas e tecnificação da mão de obra, e também no aumento gradual do montante de moagem de cana-de açúcar que ali é produzido. Isso acarreta em uma evolução nas formas de se enxergar o alimento que ali é produzido e de como o valor agregado ao alimento como produto é instituído. A fusão da Usina Monte Alegre com o Grupo Adecoagro se comportou em escala local, mas é um fenômeno de caráter global, esse processo é evidenciando quando existe a injeção de capital pela corporação, alterando sua estrutura e as relações que ali existiam, relações de trabalho como também relações comerciais, afetando o cotidiano dos sujeitos que a compõem e fazendo parte do dia-a-dia dos consumidores que esperam comprar o alimento que ali é produzido.

Consumir objetos que não fazem parte de sua realidade, torna o mercado competitivo, modifica as relações de trabalho, estabelece metas a serem alcançadas e denotam as conflitualidades da modernidade. Nesse sentido, se dá pela produção alimentar, tendências que são seguidas pelas remodelagens que o capitalismo hodierno impõe na sociedade. O alimento orgânico por exemplo, que é produzido pela lógica de sustentabilidade, é um exemplo disso, um alimento que é quisto como produto mais valioso do que o alimento convencional fabricado. As formas produtivas se esgotam com o tempo, e alteram as relações da divisão internacional do trabalho, podendo inferir na flexibilização e monetarização das

coisas. O capital se apropria da necessidade humana, fazendo do imaginário social parte do cotidiano, mas que pela cotidianidade, mascara a predominância das pressões, as formas de apropriação, ausentando os conflitos e os problemas reais existentes nos objetos de consumo, que outrora faziam parte de uma cadeia de relações produtivas, um investimento prático que também é ilusório dependendo da abordagem de qual paradigma venha a fazer parte.

Esse conflito paradigmático ocorre no cotidiano da Usina Monte Alegre-Adecoagro, um lugar que localmente representa interesses globais, e que atende às demandas consumistas de mercado. Esse debate paradigmático é importante para evidenciar as diferentes formas produtivas e formas de enxergar as relações no campo agrário, a partir do momento que o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) é abordado neste estudo, torna-se oportuno o movimento de caracterizar as atividades do agronegócio e de como compreender a sua morfologia, de como o setor se caracteriza e de como se materializa no espaço pelas suas territorializações. A partir deste debate paradigmático, compreende-se como é distinta a forma de enxergar o alimento pelo agronegócio se comparado pela agricultura familiar por exemplo, pelo agronegócio o alimento é mercadoria e faz parte de uma cadeia complexa de relações econômicas, enquanto que pela agricultura familiar o alimento é quisto como resultado do modo de vida e forma de emancipação social.

Vale ressaltar que o corporativismo intrínseco às agroindústrias, remodelam as relações de poder e se territorializam a partir da injeção de capital pelas empresas que compõem o agronegócio. A ADECOAGRO (SOROS), torna seus negócios vigentes nos locais onde se instala a partir da lógica produtivista pertencente ao mercado financeiro, suas plantas agroindustriais se materializam em locais estratégicos, próximos às regiões com facilidade de escoamento e fluxo de capital (visto que o alimento é materializado como mercadoria), levando a lógica de desenvolvimento regional que corresponde a uma nova divisão territorial do trabalho junto de outros grupos corporativos, uma relação de cooperação e de rearranjos comerciais que faz deste processo uma forma de ampliar seus lucros, que já são maximizados. O capitalismo se caracteriza e se territorializa, portanto, a partir de seu jogo de interesses, partindo desde o campo imaterial do ideário mercadológico, ao campo material pelas relações efetivadas e construídas pelas empresas.

É importante ser realizada uma leitura geográfica norteada pela conflitualidade paradigmática material e imaterial do conceito de território, e de como o alimento como commodity se comporta pelas estratégias e caminhos que as corporações tomam para exercer seu poder, fazendo parte do Regime Alimentar Corporativo no caso. Visto que a partir da

compreensão da questão dos Regimes Alimentares estuda-se como os modos de produção interferem no debate sobre o alimento. A ADECAOGRO (SOROS) figura a produção alimentar pelas grandes corporações, que monetizam suas relações com o mercado financeiro e outros setores da sociedade com base em uma moeda internacional, de forma cambial através do alimento, um atrativo ao agronegócio, produzindo alimento para exportação e não para o mercado nacional por exemplo. Essa internacionalidade inserida na realidade da produção alimentar corrobora com o fato de que o Regime Alimentar Corporativo anseia pela intensa troca de valores especulativos de mercado.

O agronegócio em sua forma atual, inserido no contexto do Regime Alimentar Corporativo, e sendo também resultante das ações do setor durante o período da Revolução Verde, tem como objetivo principal a produção maximizada e otimizada de commodities, que por meio de processos tecnológicos trazem resultados sociais e ambientais controversos. Essa onda produtiva possibilita ao agronegócio sua expansão no interior do território brasileiro, mas que com o passar dos anos apresenta o esgotamento do sistema produtivo hegemônico e se adapta, por outra forma produtiva. No caso, a produção alimentar corporativa que vinha caracterizada pelo intenso uso de agrotóxicos, defensivos agrícolas, insumos químicos e também por uma expansão territorial massiva, é substituída de maneira gradual, por uma lógica sustentável, com resoluções ambientais mais assertivas e que vendem a ideia de que aquele alimento produzido, que é sustentável, tem melhor qualidade e também maior valor de mercado. Uma mutação nas formas produtivas que se evidencia pela Usina Monte Alegre-Adecoagro, relações rearranjadas de acordo com as tendências que surgem.

Analisando o funcionamento do sistema econômico no espaço, explicando as suas distribuições nos eventos de produção, e de como são dispostos e consumidos, proporciona-se a compreensão de seus rebatimentos, da distribuição da produção, da circulação e do consumo de bens, na qual pré-determina uma Relação Dialética entre espaço e economia. Ou seja, analisam-se duas perspectivas que se complementam: como se insere o espaço sob a influência das atividades econômicas, e como estas afetam a dinâmica espacial. Este olhar geográfico é necessário para uma análise reflexiva dos processos da modernização agrícola presente no campo, dos processos de transição de mercado, e como isso favorece mutações no território sob a influência de interesses moldados pela elevada pressão de melhores índices produtivos. A financeirização do alimento, portanto, se torna cada vez mais vigente no agronegócio, o alimento orgânico ou não é baseado e definido pelas suas finanças, ações de mercado, um capital fictício que regula a dinâmica econômica mundial.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. C. Resenha: Harvey, David. O Novo Imperialismo. **Politeia: Hist. E Soc**, Vitória da Conquista, v. 6, n.1, p251-257, 2006.

BENETTI, M. D. A internacionalização recente da indústria de etanol brasileira. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 1–12, 2009.

BRANCO, A. L. O. C. **A produção de soja no Brasil: uma análise econométrica no período de 1994 -2008**. Monografia (Ciências Econômicas). Faculdade de Ciências Econômicas do Centro de Economia e Administração da PUC Campinas. Campinas, 2008.

BRANDÃO, A. S. P; ALVES, E. Commodities agrícolas e preço do petróleo. **Revista de Política Agrícola**. Ano XXI. n. 1 . p. 43 - 54. 2013.

CALDART, R. S. (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 788p. 2012.

CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 2014. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - Presidente Prudente, 2014.

CAMPOS, J. F. S. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo**. 2012. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - Presidente Prudente, 2012.

CAMPOS, J. F. S; FERNADES, B. M. O conceito de paradigma na geografia: limites, possibilidades e contribuições para a interpretação da geografia agrária. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 6, n. 11, p. 21-52, 2011.

COBOS, J. Y. G. Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 21, n. 43, p. 177-184. 2018

COCA, E.L.F. 20 anos da proposta de Soberania Alimentar: construindo um Regime Alimentar alternativo. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 19, n. 32, p 14 – 33. 2016.

**COMMODITIES**. In: Notícias Agrícolas, 2010. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/educacional/mercado-futuro/44200-commodities.html#.YEN7gGhKiUk> . Acesso em: 10 de setembro de 2020.

DAMIANI. A. L. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 161-172.

DELGADO, G. C. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 110–126, 2010.

DUTRA, R. M. S.; OLIVEIRA DE SOUZA, M. M. DE. Cerrado, Revolução Verde e a evolução no consumo de agrotóxicos. **Sociedade & Natureza**, v. 29, n. 3, p. 469-484, 12 abr. 2018.

FAGUNDES, F. N. **A expansão do setor sucroalcooleiro e as transformações socioeconômicas e espaciais nos municípios de Passos e Monte Belo/MG**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia), Instituto de Ciências da Natureza, Universidade Federal de Alfenas-MG, Alfenas, 2013.

FAGUNDES, F. N. **Setor sucroalcooleiro: relações contratuais e determinantes do território**. 2016. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2016.

FELICIO, M.J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. 2011. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT UNESP. Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, A. D. **A dinâmica da fronteira agrícola em Goiás (1970-1985)**. 2006. 142f. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. 2006.

FERNANDES, B. M. **O novo nome é agribusiness**. Presidente Prudente, 2004.

FERNANDES, B. M. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. **Caderno de Conflitos do Campo**, CPT, pg. 76 -81, 2011.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. 2009. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/arti.php>. Acesso em 04 de mar. 2021.

FERNANDES, B. M. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 2, não paginado, dez. 1998.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, A. M.; SPOSITO, E. S. (org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popularp. 197-215., 2009.

FERRARI, F. **Da gestão familiar à governança corporativa**. Adimnistradores.com. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/da-gestao-familiar-a-governanca-corporativa>. 2012. Acesso em: 26 de ago. 2020.

FERREIRA, E. R. **A formação da região canavieira de Araraquara: o papel do Estado e das agro-indústrias do açúcar e do álcool no processo de organização do espaço**. 1988. vii, 163 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 1988.

FONSECA, V. M.; BRAGA, S. R. Para além da Geopolítica do etanol – novos discursos e velhas práticas do setor canavieiro no Brasil. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 9, n.1, out. 2008.

FRIEDMANN, H.; McMICHAEL, P. Agriculture and the state system: the rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n. 2, pp. 93-117, aug. 1989.

GOODMAN, D; SORJ, B; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 204 p.

GUAZZELLI, M. J; RIBEIRO, S. Novas tecnologias, corporações e seus impactos sobre a soberania alimentar. In.: BEZERRA, I. e PEREZ-CASSARINO, J. (orgs). **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: UFPR, 2016. p. 153-178.

GUERMAQUE SOUZA, C. B. A contribuição de Henri Lefebvre para a reflexão do espaço urbano da Amazônia. **Confins [Online]**, V. 5, 2009

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2ª ed. Porto Alegre, 2003.

HARVEY, D. **As 17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D., **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017** / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IFOP EDUCACIONAL. **FSSC 22000: tudo sobre a certificação**. 2020. Disponível em: <https://blog.ifopec.com.br/fssc-22000/>. Acesso em: 20 de fev. 2021.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

MACHADO, P. P.; OLIVEIRA, N. R. F.; MENDES, A. N. O indigesto sistema do alimento mercadoria. **Saúde soc.**, São Paulo, v.25, n.2, p.505-515, 2016.

McMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Tradução de Sonia Midori. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp e UFRGS, 2016. 256p.

NETO, M; ADALBERTO, C. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Coordenado pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

PAULA, N.M.; SANTOS, V.F.; PEREIRA, W.S. A financeirização das commodities agrícolas e o sistema agroalimentar. **Estud. Sociais e Agric**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 294 – 314. 2015.

PINTO, E.C; GONÇALVES, R. Globalização e poder afetivo: transformações globais sob efeito da ascensão chinesa. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 24, n 2 (54), p. 449-479. 2015.

PORTO, G. C. S. Espaço e economia: dimensões da atividade comercial em Alfenas-MG. In: FERREIRA, M. M. & VALE, A. R. (Orgs). **Dinâmicas geográficas no Sul de Minas Gerais**. Curitiba: Appris, 2018.

GONÇALVES, C.W.P. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **INTERthesis**, Florianópolis. v. 1 n. 1 .2004.

QUEIROZ D.T.; VALL J.; ALVEZ E SOUZA, A.M.A.; VIEIRA, N.F.C. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceito e aplicações na área da saúde. **R Enferm UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15 n.(2), p 276-283, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática .1993.

SANTOS, L. B. A geografia dos investimentos diretos estrangeiros e do comércio internacional do BRIC. **Brasil Goiano Geografia**, Goiânia, v. 29, n. 2, p 143-156. 2009

SANTOS, M. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SILVEIRA, L. J; CARVALHO, N. D. de. Expansão do setor sucroalcooleiro no Brasil e algumas considerações. **Revista Triângulo**, Uberaba. v. 1, n. 1, 2008.

SOUZA, F. C. C. Repensando a Agricultura: o enfoque da sustentabilidade como padrão alternativo à Agricultura Moderna. **HOLOS**, Ano 20, outubro/2004.

SOROS, G. **A alquimia das finanças**. 1ª ed. São Paulo: Nova Fronteira. 1996.

TILZEY, Mark. Food Regimes, Capital, State, and Class: Friedmann and McMichael Revisited. **Sociologia Ruralis**. Accepted Author Manuscript. 14 march 2019. TOLENTINO, M. L. D. L. Da revolução verde ao discurso do Pronaf: a representação do desenvolvimento rural no Brasil. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v.14, n. 2, p.93-124, jul/dez-2016.

VINHA, J. F. S. C.; FERNANDES, B. M. Territórios paradigmáticos na construção do pensamento geográfico agrário brasileiro. **Terra Livre**. São Paulo Ano 34, v.1, n. 52, p. 126-152, 2019.

**ANEXO I** – Entrevistas com trabalhadores da Usina Monte Alegre-Adecoagro, no município de Monte Belo-MG, por motivos apontados pela Empresa, apenas as iniciais dos nomes dos profissionais entrevistados poderão ser divulgadas na pesquisa.

**Você acompanhou o processo de transição entre empresa familiar e empresa pertencente a um grupo corporativo? Se sim, quais as principais mudanças que você observou, como colaborador da empresa?**

.....

**No seu ponto de vista, qual a importância do agronegócio para a Economia, tanto em escala local e nacional?**

.....

**A Usina Monte Alegre é importante para a região sul de Minas Gerais, por ser uma das únicas Usinas do setor sucroenergético a produzir açúcar orgânico não só na região onde se localiza, como também no Brasil. Por que produzir e comercializar o açúcar orgânico?**

.....

**Quais os principais desafios na produção do Açúcar Orgânico?**

.....

**Quais as principais diferenças entre o açúcar convencional e o orgânico? É um alimento que visa maior segurança alimentar, por quê?**

.....

**Sobre a Usina Monte Alegre, proponha um breve histórico sobre ela. Quando foi construída? Qual a importância dela para a região onde está inserida?**

.....